



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

PDI IFRS

Plano de Desenvolvimento Institucional

2024-2028

CAPÍTULO III - PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
1.1 Histórico	3
2 PRINCÍPIOS	4
2.1 Concepções de ser humano e sociedade	4
2.2 O papel da educação no contexto social	5
2.3 Concepção de Educação Profissional e Tecnológica	6
2.4 Gestão Democrática e Estrutura Organizacional	8
2.5 Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão	9
2.6 Responsabilidade Social	10
2.7 Avaliação Institucional	11
3 POLÍTICAS DE ENSINO	11
3.1 O Compromisso com a Educação Profissional	11
3.2 A Verticalização do Ensino	12
3.3 Currículo	13
3.4 Avaliação	14
3.5 Metodologias de ensino e aprendizagem	16
3.5.1 Atividades práticas e estágio	16
3.5.2 A aprendizagem mediada pelo uso de tecnologias digitais	18
3.6 Educação a Distância	19
3.7 Perfil do egresso	20
3.8 Formação de Docentes	21
4 POLÍTICAS DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	22
4.1. A Pesquisa e Inovação	23
4.2. A divulgação científica e tecnológica	26
4.3. A Iniciação Científica e Tecnológica	27
4.4. A Pós-graduação	28
5 POLÍTICAS DE EXTENSÃO	29
5.1 Núcleo de Memória do IFRS	31
5.2 O Programa de Acompanhamento de Egressos	32
5.3 Assessoria de Arte e Cultura	32
5.4 A Assessoria Internacional	33
5.5 Programas Especiais	33
6 PERMANÊNCIA E ÊXITO	33
6.1 Política de Ingresso Discente	33
6.2 Acompanhamento Pedagógico	35
6.3 Plano Estratégico de Permanência Êxito e o Observatório de Permanência e Êxito do IFRS	35
6.4 Políticas de Ações Afirmativas	37
6.5 Política de Assistência Estudantil	40
6.5.1 Organização Estudantil	41

7 PERSPECTIVAS
REFERÊNCIAS

41
42

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é um documento que apresenta as concepções e os fundamentos filosófico-científico-político que balizam o trabalho educacional da instituição, fundamental à construção da identidade institucional, e que expressa as suas intencionalidades.

Tal documento de uma instituição de ensino representa sempre um processo contínuo, de construção coletiva, da intersecção de convicções que orientam as práticas de ensino e de aprendizagem, do investimento constante no aprimoramento das relações, compreendidas como a principal fonte do desenvolvimento humano.

Nessa lógica, um PPI não deve ser planejado a partir de um único referencial, mas sim como fruto da elaboração e contribuição de todos(as), devendo ser construído e vivenciado por todos(as) os(as) envolvidos(as) com o processo educativo da instituição de ensino. É, portanto, uma ação com um compromisso definido coletivamente e com caráter temporal de longo prazo.

1.1 Histórico

O primeiro PPI do IFRS foi construído de forma bastante democrática no ano de 2011. Através de um processo de elaboração extremamente participativo, os segmentos docente, discente e técnico-administrativo da Instituição colaboraram e escreveram o documento. Na medida em que o IFRS foi crescendo e se desenvolvendo, a comunidade acadêmica foi percebendo a necessidade de modificação de alguns posicionamentos adotados inicialmente. Assim, no ano de 2014, o PPI passou por um primeiro processo de revisão, sem, contudo, abandonar seus elementos fundantes, fruto da compreensão conjunta dos atores do IFRS e retrato do seu compromisso com a sociedade.

No ano de 2024, por ocasião do início da vigência do PDI (2024-2028), avaliou-se como necessário realizar uma atualização do PPI. Para tanto, o documento foi colocado para consulta pública junto à comunidade acadêmica, a fim de proporcionar um momento de contribuição de todos(as) para a revisão do Projeto. Com vistas a organizar essa escrita, numa perspectiva participativa e democrática, foi nomeado um Grupo de Trabalho¹ (GT), constituído com integrantes da Pró-reitoria de Ensino, Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, Comitês de Ensino, Pesquisa e Extensão, além de representantes do Conselho Superior do IFRS (Consup), com a finalidade de elaborar a minuta do texto, a partir das contribuições recebidas, para posterior submissão à apreciação do Consup.

A seguir, expomos, numa nova estrutura de tópicos de apresentação, com relação ao documento anterior, o resultado desta revisão, que buscou contemplar os apontamentos da

¹ [Portaria IFRS nº. 282/2024](#)

comunidade acadêmica, as diversas ações implementadas e diretrizes construídas ao longo dos últimos anos.

2 PRINCÍPIOS

2.1 Concepções de ser humano e sociedade

Considerando que o Projeto Pedagógico Institucional está conectado a um modelo societário, precisamos pensar no ser humano que atuará na sociedade projetada. Parte-se aqui do pressuposto que o ser humano é um ser histórico, cultural, inacabado, um ser de relações que na convivência com outros seres se constitui.

A humanidade está em permanente movimento no tempo e espaço, sempre em busca de sanar suas necessidades para ressignificar sua existência. Essa iniciativa, que os seres humanos possuem em sua essência, se materializa através do trabalho, que resulta na produção de conhecimento e na conseqüente formação de uma bagagem cultural que se constitui como ponto fundamental para o desenvolvimento da humanidade. Sendo assim, o ser humano como sujeito cognoscente reflete sobre sua própria existência e atua politicamente na realidade, transformando a sociedade.

Acreditamos, como instituição educativa, que a sociedade é processo e produto de nossas construções. Neste sentido, nos reportamos a um fundamento essencial para a educação, expresso pelo Patrono Nacional da Educação brasileira, Paulo Freire, que afirma que “[...] ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra” (1996, p. 30). Tal premissa nos sensibiliza, por sua vez, ao engajamento para uma ação pedagógica emancipatória e para as causas coletivas.

Pensar no ser humano significa projetar sua coletividade em uma sociedade que represente um espaço de possibilidades dialógicas, históricas e culturais, em uma visão de sociedade que se contrapõe às concepções de imobilidade, de naturalização das relações, à ideia de que nada podemos fazer para modificar a realidade a qual é diariamente vendida. Pensar socialmente significa entender a realidade desigual que efetivamente existe e conceber as relações de poder na dimensão material, onde as lutas de classes pautam os movimentos dessa sociedade.

Nessa direção, admitir que estamos perante processos em aberto não é o mesmo que dizer que estamos perante processos aleatórios ou que estejamos condenados a tomar decisões como quem mergulha no desconhecido. Ainda que na sociedade os tempos e espaços estejam constantemente sendo construídos e transformados, até mesmo em tempos líquidos, não sabendo com exatidão onde vamos chegar, é preciso saber para onde desejamos ir (Bauman, 2021).

Diante desse contexto, torna-se premente projetar uma sociedade baseada em

relações verdadeiramente igualitárias, na qual a democracia nos remeta ao conceito amplo de cidadania, que vai muito além da participação política através do voto, pois a cidadania consiste na possibilidade de todos os sujeitos da sociedade terem acesso à educação, cultura, trabalho, qualidade de vida, bens materiais, etc.

Trabalhar na perspectiva da transformação social implica adotar mecanismos para alcançar as ações previstas acima e, nesse sentido, é importante ressaltar que a educação não pode ter a responsabilidade integral nesta tarefa, uma vez que a educação, de forma isolada, não é capaz de transformar uma sociedade. No entanto, se analisada em amplo sentido, a educação possui uma função fundamental, na medida em que todo o processo de transformação é, objetivamente, fruto de um conjunto de ações educativas.

No IFRS a educação é entendida como um processo complexo e dialético, uma prática contra-hegemônica que envolve a transformação humana na direção do seu desenvolvimento pleno. Além disso, defende que a educação deve ter um caráter não dogmático, de modo a que os sujeitos se autoidentifiquem do ponto de vista histórico. Nesse sentido, de acordo com Pacheco (2011, p. 5), a educação

precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social: uma escola vinculada ao Mundo do Trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social.

Isto é, para que a educação contribua para a construção de uma sociedade fundada na igualdade política, econômica e social, é fundamental que ela esteja intimamente vinculada aos objetivos estratégicos de justiça social e inclusão democrática. Isso envolve preparar os(as) estudantes para o mundo do trabalho de maneira crítica e consciente, garantindo a equidade no acesso e na qualidade da educação, e promovendo uma cultura escolar que valorize a participação democrática. Somente através de uma abordagem educacional que abrace esses princípios podemos aspirar a uma transformação social verdadeira e duradoura.

2.2 O papel da educação no contexto social

A sociedade atual é caracterizada por uma complexidade e uma diversidade sem precedentes, impulsionada por avanços tecnológicos, pela globalização, pelas mudanças sociais e econômicas e pelos urgentes desafios ambientais.

A interconexão global aumenta a necessidade de compreensão intercultural e colaboração internacional. Os indivíduos precisam estar preparados para interagir e trabalhar com pessoas de diferentes culturas e origens. A rápida evolução tecnológica, incluindo a inteligência artificial, a automação e a digitalização, transforma continuamente o mercado de trabalho e a vida cotidiana. A tecnologia não só cria novas oportunidades, mas também desafia

os indivíduos a se adaptarem constantemente a novas ferramentas e ambientes digitais. As desigualdades sociais e econômicas persistem e, em alguns casos, se agravam, e novas formas de trabalho, como o trabalho remoto, redefinem o conceito de emprego. As questões de justiça social e equidade, por sua vez, são cada vez mais proeminentes. A crise climática e outras questões ambientais exigem uma resposta urgente e coordenada, a partir da qual a conscientização ambiental e a sustentabilidade se tornam princípios centrais na educação.

Neste cenário, é exigido que a educação vá além da simples transmissão de saberes. É necessário um enfoque holístico que desenvolva conhecimentos tecnológicos, interculturais, sustentáveis e críticos, preparando os indivíduos para serem cidadãos globais, resilientes e agentes de transformação social. A educação deve ser inclusiva, adaptável e focada no desenvolvimento integral do ser humano (não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também emocional, social e físico), capacitando-o para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de um mundo complexo e em constante evolução.

A educação deve, pois, proporcionar o desenvolvimento individual e coletivo, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, para a promoção da igualdade social, para o desenvolvimento econômico e a consolidação de valores éticos e democráticos. Assim, nas instituições de ensino, além de construir conhecimentos e desenvolver habilidades exigidas no mundo do trabalho, os(as) estudantes devem aprender sobre os princípios da justiça, da equidade, da igualdade e do respeito aos direitos humanos, visando à construção de uma sociedade mais coesa, harmoniosa e justa, onde os indivíduos convivem, valorizam e respeitam as diferenças e trabalham juntos pelo bem comum.

Para que a educação cumpra plenamente seu papel, por sua vez, é necessário um compromisso contínuo com políticas educacionais inclusivas, equitativas e de alta qualidade. Através do acesso equitativo a uma educação de qualidade, é possível oferecer a todos os indivíduos, independentemente de sua origem socioeconômica, as mesmas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Políticas educacionais inclusivas como bolsas de estudo, programas de ações afirmativas e apoio educacional são essenciais para garantir que todos tenham a chance de alcançar seu potencial.

2.3 Concepção de Educação Profissional e Tecnológica

Nas últimas décadas, através da intensificação do processo de globalização, as instituições representantes do capital vêm orquestrando mudanças significativas que dinamizaram o processo de exploração da classe trabalhadora, minimizando suas conquistas. Para Ciavatta (2005, p. 65), a globalização, aparentemente neutra, realiza uma função ideológica bem específica: “encobrir os processos de dominação e de desregulamentação do capital e, como consequência, a extraordinária ampliação do desemprego estrutural, trabalho precário e aumento da exclusão social.”

É também, nesse sentido, que se observou o surgimento da chamada “sociedade do

conhecimento”, um conhecimento que busca dar conta das especificidades que o mercado exige e, como resultado, da busca pelas competências e habilidades necessárias para o(a) trabalhador(a) ser absorvido(a) pelo mercado.

Nesse contexto, contudo, é preciso destacar que a educação não pode estar a serviço das demandas do mercado, pois não há como institucionalizar o ensino para o trabalho e para o(a) trabalhador(a) sem vislumbrar os(as) trabalhadores(as) como centro desse processo. Assim, a educação não pode estar subordinada às necessidades do mercado de trabalho, mas deve estar em sintonia com as necessidades de formação profissional, através de uma articulação permanente entre trabalho e educação.

Para tanto, é preciso entender o trabalho como práxis constituidora do ser humano, que, ao mesmo tempo, possibilita a manutenção da espécie e o liberta das suas necessidades. Na condição de liberdade, o ser humano aumenta a sua capacidade criadora e construtora da realidade e recriação de si e dos outros, em busca de sua emancipação. De acordo com Organista (2006, p. 14), [...] é a categoria trabalho que permite a existência social, é falso afirmar que a existência social se limita ao trabalho. Ao contrário, sendo o trabalho uma categoria social, ele somente pode existir enquanto participe da totalidade social; nesse sentido, o trabalho, intercâmbio orgânico com a natureza, é constituinte e constituído pelas relações entre os homens.

Partindo do pressuposto que as dimensões do trabalho não se restringem apenas às atividades materiais e produtivas e, portanto, representam as constituições históricas, acredita-se que a experiência do trabalho possibilita a criação e recriação do cotidiano dos(as) trabalhadores(as), transformando-os(as) em atores e sujeitos dos processos produtivos. Desse modo, é necessário retomar a discussão que Marx (2008) empreende acerca do trabalho, em seu sentido histórico e ontológico, para compreender qual o alicerce que fundamenta a educação profissional na Rede Federal, enfocando o trabalho no seu sentido positivo, buscando o desenvolvimento humano integral.

Assim, defende-se uma formação humana integral, que promova a percepção da ontologia do trabalho e a educação omnilateral (Frigotto, 2004). Cita-se aqui, também, Gramsci, autor que busca “[...] enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (Gramsci, *apud* Ciavatta, 2005, p. 84).

Para que se possa falar em educação omnilateral - aquela que considera todas as dimensões do ser humano, assim como as condições objetivas e subjetivas para seu desenvolvimento - é preciso atender a todas as dimensões relacionadas à constituição humana enquanto ser histórico-social, e isso implica não desmerecer nenhum dos aspectos culturais e socioeconômicos, mas rejeitar uma educação de caráter adaptativo, prescritivo e instrumental e proporcionar uma educação profissional politécnica, reflexiva, crítica, política,

a partir de uma compreensão histórico-cultural do trabalho, das ciências, das atividades produtivas, da literatura, das artes, do esporte e do lazer.

Dessa forma, acredita-se na superação da divisão social do trabalho que separou, ao longo da história, o sujeito entre o pensar e o fazer, o dirigir e o planejar. Fazer isso é superar, pois, a compreensão do trabalho estranho e alienado, que se opõe à construção de uma sociedade humanizada, com olhar voltado ao trabalho com sentido ontológico.

Finalmente, destacamos que o IFRS, através do seu Projeto Pedagógico Institucional, compreende a educação, em especial, a educação profissional e tecnológica, como um bem essencial para a promoção da cidadania e é, por isso, imprescindível para a inclusão social plena. Logo, defende-se que a educação deve ser garantida pelo Estado brasileiro como um dos pilares para a construção de uma sociedade democrática.

2.4 Gestão Democrática e Estrutura Organizacional

A partir da abertura política no Brasil, na década de 1980, e da reorganização dos movimentos políticos e sociais, o país entrou num novo paradigma social, no qual o debate democrático voltou a pautar o contexto da sociedade brasileira. Como reflexo desse cenário, temos a promulgação da Constituição Federal de 1988 que, no Artigo 206, prevê que a gestão democrática seja um dos princípios do ensino. Acompanhando essa ideia, no âmbito da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1996, em seu artigo 3º, traz a gestão democrática como um princípio do ensino público, e reforça esta ideia no artigo 14, destacando algumas formas de realizar a gestão democrática:

- I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Portanto, há mais de 30 anos, o Brasil vivencia a democracia aplicada na gestão das instituições públicas de ensino, e o IFRS tem nos princípios da gestão democrática as bases para sua organização e funcionamento. Nesse sentido, o Estatuto² e o Regimento Geral³ são os dois documentos que guiam a estrutura administrativa do IFRS. Destacamos as estruturas deliberativas e executivas da organização, dando ênfase às que possuem maior relação com o ensino, com a pesquisa e com a extensão.

A estrutura geral do IFRS compreende órgãos colegiados, Reitoria e os *campi*. A gestão é realizada de forma articulada, entre essas três instâncias, sendo o Conselho Superior (Consup), de caráter consultivo e deliberativo, o órgão máximo, composto por representantes eleitos(as) de todos os segmentos acadêmicos (discentes, docentes e técnico-administrativos em educação,) de cada *campus* e da Reitoria, além dos membros da comunidade externa. Há

2 Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/Anexo_Res_027_2017_Estatuto.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

3 Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/01/Regimento_Geral_dezembro_2018.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

também os comitês, órgãos executivos responsáveis pelo planejamento, superintendência, coordenação, fomento e acompanhamento das ações, vinculados a cada uma das Pró-reitorias, e, ainda, as comissões e grupos de trabalho (GTs) que podem ser compostas por servidores(as) dos *campi* e da Reitoria, de acordo com a finalidade das atividades a serem desenvolvidas por esses grupos.

Cada unidade tem também um Conselho de *Campus* (Concamp), obedecendo a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnico-administrativos em educação), eleitos(as) por seus pares, sendo garantida a participação da comunidade externa, com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução das políticas do IFRS.

A gestão educacional, de acordo com Luck (2000), deve ser fonte de inspiração e mobilização para concretizar objetivos, com a percepção de que essa realidade é mutante, global, dinâmica e necessita da coletividade para ser transformada. Para o autor, a gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização, capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados.

Mais que um conceito, a gestão democrática é um princípio que precisa e vai se constituindo no dia a dia da instituição, através da participação e envolvimento do maior número de sujeitos nos processos decisórios, em respeito às deliberações tomadas em coletivo, no reconhecimento dos órgãos colegiados como instâncias privilegiadas de consulta e deliberação, na liberdade de expressar opiniões e no sentimento de responsabilidade coletiva em relação aos assuntos institucionais.

2.5 Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve promover a articulação das diferentes áreas do conhecimento e a inovação científica, tecnológica, artística, esportiva e cultural, promovendo a inserção do IFRS nos planos local, regional, nacional e internacional.

Na direção de uma proposta pedagógica que articule ações concretas indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão, a flexibilização dos tempos e espaços formativos está relacionada à organização curricular e aos sentidos do currículo. Nessa perspectiva, novas tessituras necessitam ser tramadas no processo educativo, priorizando os saberes constitutivos das ações de ensino e aprendizagem, permeando a pesquisa como princípio educativo e a extensão como ação-reflexão-ação com a sociedade.

De acordo com Martins (2004), após a promulgação da LDB em 1996, muitos educadores(as) adotaram uma postura de mudança nos processos de ensino e de aprendizagem, almejando a relação entre aprendizagens, relacionando cada vez mais as

ações dos(as) educandos(as) sobre a realidade, tanto no cotidiano quanto no futuro exercício profissional.

O fazer pedagógico dos Institutos Federais (IFs), ao trabalhar na superação da separação ciência-tecnologia e teoria-prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade, revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada.

2.6 Responsabilidade Social

O IFRS, como instituição pública federal de educação técnica e tecnológica e entendendo a educação como um bem público, contextualiza a responsabilidade social na perspectiva inclusiva, como eixo transversal do seu PPI, através das ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão. O paradigma da responsabilidade social assumido pela instituição representa uma das vias para consolidar o seu projeto educacional como espaço que promove a formação integral e a cidadania responsável (Pernalete; Ortega, 2010).

O compromisso social com os territórios é um dos elementos que constituem o IFRS. Isso se efetiva através da construção de espaços de escuta e trocas constantes com as comunidades do entorno da nossa instituição. Tal relação, que envolve o ensinar e o aprender com o território, possibilita uma intervenção qualificada de forma a transformar as realidades que nos cercam. Como instituição voltada às regiões na qual se insere, os projetos de ensino, pesquisa e extensão nascem da identificação das necessidades regionais, tanto sociais quanto econômicas. Esse diálogo vital com a sociedade promove a geração de novos conhecimentos, de tal forma que permite introduzir inovações para responder às urgências da complexa realidade social e do mundo do trabalho.

Um dos compromissos sociais que o IFRS assegura, que merece destaque neste documento, é com a Educação de Jovens e Adultos. Entende-se esta modalidade como forma de enfrentamento à exclusão histórica que resultou na negação de oportunidade às classes mais pobres ao acesso à formação básica. Assim, a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA/EPT) deve consolidar-se como uma proposta pedagógica com elementos de combate às desigualdades educacionais no Brasil e como possibilidade significativa de elevação da escolaridade e formação profissional para aqueles(as) que não concluíram a educação básica na idade regular. Nesse sentido, a organização curricular e as práticas pedagógicas voltadas para o atendimento desse público devem ser pensadas considerando suas especificidades.

2.7 Avaliação Institucional

A avaliação institucional se constitui como processo sistemático que permite compreender de forma global a trajetória institucional, além de promover a autoconsciência da

instituição, oportunizando a melhoria da qualidade científica, política e tecnológica das ações pedagógicas e administrativas desenvolvidas.

É o processo que visa diagnosticar as potencialidades e as fragilidades da Instituição, com monitoramento sistemático dirigido ao futuro desejado, a partir da percepção da comunidade acadêmica, com base nas dimensões avaliativas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A avaliação institucional implica, também, o comprometimento contínuo com as condições que promovam a melhoria da Instituição como um todo, como da administração, do ensino, da pesquisa e da extensão, almejando a valorização da missão pública, a promoção de valores democráticos, o respeito à diversidade e a consolidação da identidade institucional.

A prática dialógica da avaliação institucional, no âmbito do IFRS, é coordenada pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), e a avaliação interna dos *campi* é realizada pela Comissão Própria de Avaliação Local (CPA-Local), constituída em cada *campus*.

A avaliação externa, por sua vez, é realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, que operacionaliza um sistema de avaliação de cursos e instituições, elaborando indicadores com informações que permitem conhecer a qualidade da educação superior no Brasil.

3 POLÍTICAS DE ENSINO

O guia de uma instituição de ensino são suas políticas. São alguns exemplos de abrangência das políticas de ensino do IFRS: o seu compromisso com a educação profissional, a verticalização do ensino, a construção e reconstrução permanente de seus currículos, as práticas avaliativas, as metodologias para aprendizagem, e suas práticas formativas.

3.1 O Compromisso com a Educação Profissional

O IFRS, em conformidade com as políticas e princípios que orientam suas ações, possui um forte compromisso com a educação profissional, na medida em que objetiva um projeto de sociedade baseado na igualdade de direitos e oportunidades nos mais diversos aspectos, como cultural, econômico, político, entre outros.

Nesse sentido, acredita-se que a educação profissional deve articular, sob a perspectiva da totalidade, síntese de múltiplas relações, sem dicotomia entre conhecimentos gerais e específicos, os conceitos de trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

Com base nessa concepção, o ser humano, como ser histórico-social, age sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e, nessa ação, produz conhecimentos como síntese da transformação da natureza e de si próprio. Nessa relação, os seres humanos materializam suas ações através do trabalho. Logo, o trabalho torna-se uma categoria

ontológica, inerente à espécie humana. Sendo assim, o trabalho é o elemento desencadeador da produção de cultura, bens materiais e conhecimentos que movimentam a sociedade humana. O trabalho deve, pois, ser analisado como princípio educativo, sentido em que permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes, do esporte e do lazer.

A cultura, por sua vez, constitui-se como uma categoria que representa as relações dos seres humanos histórica e geograficamente, suas cargas identitárias, suas tradições e seus costumes. Ela se torna fundamental na medida em que, analisada, possibilita a compreensão da conjuntura social que permitiu determinadas transformações na história da humanidade.

A ciência é a parte do conhecimento melhor sistematizado e expresso na forma de conceitos e representações importantes que auxiliam a reflexão dos seres humanos sobre a realidade concreta. Já a tecnologia, finalmente, pode ser compreendida como a ciência apropriada a fins produtivos, sendo, por essa via, a educação profissional um canal confluyente de uma formação que integra cultura, ciência e tecnologia.

3.2 A Verticalização do Ensino

Em consonância com seu contexto legal, os cursos do IFRS apresentam uma proposta inovadora a partir de dois eixos: a *transversalidade* e a *verticalização*. Esses, portanto, constituem-se como aspectos determinantes que contribuem para uma inovadora possibilidade do desenho curricular dos seus cursos. A verticalização, para além da simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis como princípio de organização curricular, prevê um diálogo enriquecedor e diverso entre os níveis de formação da educação profissional e tecnológica. A transversalidade, por princípio, contribui para a consolidação da verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, e, portanto, da ação pedagógica.

O IFRS estrutura a sua prática através da verticalização do ensino, de modo que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional atuem nos diferentes níveis e modalidades, compartilhando os espaços pedagógicos e estabelecendo itinerários formativos por meio de ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão, na busca por superar o modelo hegemônico de educação, possibilitando que o conjunto de saberes produzidos no IFRS perpassasse os níveis e modalidades de ensino oferecidos pela Instituição.

Essa proposta, além de estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho, e de superar o conceito da escola dual e fragmentada, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a educação brasileira (Brasil, Ministério da Educação, 2010).

A partir da verticalização do ensino, a circulação e a interlocução dos saberes entre os

diferentes níveis pode ocorrer com maior ênfase através de projetos integradores, eventos e flexibilização das organizações curriculares. A verticalização do ensino também pode possibilitar que os(as) educandos(as) realizem seus estudos, progredindo na área de formação inicial na mesma instituição, permitindo, dessa forma, a construção e reconstrução contínua de saberes.

Para os(as) trabalhadores(as) em educação, a atuação em diferentes níveis de ensino permite a ressignificação de saberes, inclusive em relação à prática da pesquisa e da extensão, oportunizando olhares diferentes, com complexidades singulares, acerca das temáticas envolvidas na educação profissional.

Essa organização curricular dos IFs oportuniza para os(as) profissionais da educação um espaço ímpar de construção de saberes, por permitir a esses(as) profissionais a possibilidade de dialogar simultaneamente e de forma articulada, desde a formação inicial e continuada, passando pela educação básica, a graduação até a pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear, o que faz com que essa atuação acabe por sedimentar o princípio da verticalização. Esses(as) profissionais têm a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, em diferentes níveis da formação profissional, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A verticalização, portanto, sintoniza-se com a diversidade e condiz com uma visão progressista de educação, com o compromisso de que o trabalho como princípio educativo pode ser um caminho privilegiado para a formação integral do ser humano, independentemente do nível de ensino em questão.

3.3 Currículo

O IFRS concebe o currículo numa perspectiva ampliada, que contempla as diversas experiências de aprendizagem, os esforços pedagógicos e as intenções educativas. Indo além, em conformidade com Paiva (1993), entendemos que o currículo tem papel fundamental na construção da identidade de um povo, na concretização da sua soberania e seu senso de autonomia.

O currículo deve, então, explicitar a função da instituição e enfatizar o momento histórico e social determinado, sendo uma forma de organizar saberes. Como afirma Sacristán (1998), citando Grundy (1997), o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. É um projeto, porque não se trata de algo pronto. E, enquanto meio de organizar o conhecimento, deve ser construído coletivamente, levando em consideração os elementos da realidade local e dos sujeitos envolvidos, ser influenciado pelas relações dinâmicas dentro do contexto escolar e carregado de intencionalidade político-pedagógica.

Nesse sentido, o currículo expressa paradoxalmente a confiança nos saberes constitutivos da história da humanidade e a desconfiança das "correntes de verdades", o que

implica em, no mínimo, usar do poder de reflexão na ação educativa. No que tange à organização dos currículos no âmbito do IFRS, em seus diferentes níveis e modalidades de ensino, a principal diretriz é a formação humana e cidadã, no sentido de uma identidade com práticas educacionais humanizadoras.

A flexibilidade dos currículos está orientada pelos princípios propostos neste documento além de atender às Diretrizes Curriculares Nacionais, permitindo:

- alternativas de percursos acadêmicos diferenciados;
- o desenvolvimento da autonomia do(a) estudante na definição de parte do seu percurso acadêmico;
- a mobilidade acadêmica;
- as atividades complementares nos cursos de graduação;
- a atualização permanente dos currículos de acordo com a demanda regional, no que se refere aos seus arranjos produtivos, às necessidades do mundo do trabalho, à atualização de conhecimentos, assim como ao atendimento do que está preconizado na legislação vigente.

Na perspectiva da flexibilidade curricular, o IFRS ainda prevê, com normativas específicas, o aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho, uma vez que atende uma parcela significativa de estudantes-trabalhadores(as). Dentre os principais documentos institucionais com impactos na esfera dos currículos, além da Organização Didática, é importante citar a Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado; a Política de Educação Física, Esporte e Lazer; a Política de Arte e Cultura e a Política de Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e Educação Ambiental. Esse conjunto de diretrizes têm como horizonte uma formação que vai além do ensino de saberes para o mercado de trabalho, buscando promover a formação profissional aliada à formação humana, isto é, almejando formar cidadãos(ãs)/trabalhadores(as) que compreendam a realidade e possam satisfazer as suas necessidades transformando a si e ao mundo.

3.4 Avaliação

A avaliação é integrante dos processos de gestão, de ensino e de aprendizagem, envolvendo ações de ordem diagnóstica, de monitoramento e de reflexão das práticas realizadas, em um contexto que tem a diversidade como elemento constituinte. Tem, conseqüentemente, como finalidade promover um olhar criterioso sobre os processos educativos, provocando mudanças onde se fizer necessário, entendendo que toda a educação se constitui como um ato intencional. Segundo Gadotti (1984, p. 90),

A Avaliação é inerente e imprescindível durante todo processo educativo que se realiza em um constante trabalho de ação-reflexão, porque educar é fazer

ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente.

Consciente de que a avaliação reflete as intenções educacionais de uma instituição de ensino, o IFRS busca criar referenciais que balizam os processos avaliativos, respeitando sempre as especificidades existentes nas distintas realidades atendidas pelos *campi*.

Pensar em avaliação remete a delinear diferentes formas de avaliar, já que os(as) educandos(as) são sujeitos únicos, com vivências pessoais, experiências anteriores e com formas particulares de construir e reconstruir conhecimentos. De acordo com Fernandes e Freitas (2008), as instituições de ensino precisam incluir os diferentes sujeitos, compartilhando experiências e promovendo o crescimento do grupo através da socialização da cultura.

Destaca-se que uma das experiências relacionadas à avaliação do processo de ensino e aprendizagem é a realização periódica de encontros consultivos e/ou deliberativos com a participação de trabalhadores(as) em educação e discentes (ou seus(suas) responsáveis). Dessa forma, no âmbito da Educação Básica, o IFRS realiza conselhos de classe, com a participação de estudantes, e, nos cursos superiores, reuniões dos colegiados, para o debate sobre o andamento do curso e desempenho dos(as) estudantes.

A partir dos pressupostos da LDB, que traz o entendimento da avaliação como processo contínuo e cumulativo do desempenho do(a) estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, para o IFRS a avaliação deverá ser: diagnóstica, partindo do conhecimento dos(as) educandos(as) para o dimensionamento metodológico do processo de ensino e de aprendizagem, e participativa, envolvendo todos(as) no processo de aprendizagem, estimulando-os(as) a tornarem-se sujeitos de sua constituição avaliativa, bem como da construção de seus saberes. Conforme Freire (1996, p.25), “ensinar não é transferir o conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção.” Destaca-se, também, a busca por uma avaliação que deverá ser formativa, acompanhando o desenvolvimento do(a) educando(a), de forma processual e contínua, percebendo as dificuldades no decorrer do processo e, a partir disso, reorientando-o(a).

Nesse sentido, a proposta da avaliação com ênfase qualitativa busca dimensionar as transformações necessárias para a qualificação dos processos de ensino e aprendizagem, sendo inerente a eles. Para Fernandes (2006, p. 38),

[...] é fundamental que se conceba a prática avaliativa como prática de aprendizagem. Avaliar faz parte do processo de ensino e de aprendizagem: não ensinamos sem avaliar, não aprendemos sem avaliar. Dessa forma, rompe-se com a falsa dicotomia entre ensino e avaliação, como se esta fosse apenas o final de um processo.

Avaliar é pois um processo constante, que deve levar em conta a diversidade de formas de aprender e de expressar os aprendizados, sendo seu objetivo realizar um diagnóstico, o qual deve ser utilizado como ferramenta de planejamento.

Com esse entendimento, e também com vista a atender à legislação vigente, a recuperação da aprendizagem deve ocorrer durante o processo; assim, todo(a) estudante, de qualquer nível ou modalidade de ensino, tem direito à recuperação paralela. Essa ação deve ter por finalidade sanar as dificuldades e elevar o nível da aprendizagem ainda dentro da etapa (trimestre/semestre), oportunizando ao(à) estudante recuperar qualitativa e quantitativamente os conteúdos e práticas.

3.5 Metodologias de ensino e aprendizagem

A prática educativa deve ser orientada por uma didática ativa, em que o(a) estudante seja desafiado(a) à resolução de problemas práticos, consoantes às áreas de conhecimentos em que se inscrevem os cursos do IFRS, privilegiando a relação com o mundo do trabalho e suas tecnologias, de modo pertinente aos conteúdos dispostos nas ementas dos componentes curriculares, constantes nas matrizes dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

A metodologia para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem no IFRS busca, portanto, a superação da dicotomia ciência/tecnologia e teoria/prática, tendo o trabalho e a pesquisa como princípio educativo e científico.

A inovação pedagógica constitui um dos eixos centrais da proposta dos IFs desde sua Lei de criação. A organização acadêmica dos IFs, definida desde a Lei nº 11.892/2008, quando define a nova institucionalidade dos IFs, indica a ruptura da reprodução de modelos externos e toma a inovação a partir da relação entre o ensino técnico e tecnológico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana.

Assim, compreende a inovação pedagógica como um esforço docente e institucional, no sentido de estabelecer um fazer pedagógico voltado para a superação da dicotomia ciência-tecnologia e teoria-prática, orientado pela pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade, rompendo com a produção e transposição didática do conhecimento de forma fragmentada. Nesse sentido, todas as propostas curriculares devem contemplar as formas de promoção da prática profissional nos cursos.

3.5.1 Atividades práticas e estágio

As atividades práticas e o estágio são concebidos no IFRS como espaços privilegiados de articulação entre a teoria e a prática, bem como de integração entre os currículos e o mundo do trabalho em todos os cursos, níveis e modalidades de ensino.

Mediado pela intervenção pedagógica numa perspectiva interdisciplinar do currículo,

o estágio curricular é parte integrante do percurso formativo e, como tal, está previsto no Projeto Pedagógico dos diversos cursos ofertados pelo IFRS.

Alguns princípios básicos que orientam as políticas de ensino, pesquisa e extensão também ocupam centralidade nas políticas que orientam a concepção de práticas e estágio como componente curricular dos cursos do IFRS:

- a verticalização e a transversalidade: nos espaços de práticas e estágio faz-se necessário também extrapolar a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, promovendo um diálogo rico e diverso entre os níveis de formação no mundo do trabalho. Neste cenário das relações entre teoria e prática, a transversalidade como princípio da mediação pedagógica, contribui para o estabelecimento das relações entre as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como possibilidades de mobilização de conhecimento, construção e criação de práticas profissionais;
- a indissociabilidade entre teoria e prática: a teoria e a prática são complementares e interdependentes, a ação contribui para a ressignificação e construção de conhecimento teórico e vice-versa. Assim, as práticas pedagógicas efetivas devem envolver atividades que relacionem os conceitos teóricos com experiências práticas, promovendo uma reflexão sobre teoria e prática.
- a pesquisa como princípio educativo: a resolução de problemas, através de uma atitude investigativa, reflexiva e criativa, contribui para a produção de novos conhecimentos e para a transformação da realidade. A dimensão prática do trabalho implica nas possibilidades de observação, de análise, de interpretação e de mobilização de conhecimentos, gerando novos conhecimentos, processos ou produtos;
- o trabalho como princípio educativo: a relação entre educação e trabalho nos espaços de prática e estágio deve orientar-se pelo caráter formativo da mesma, privilegiando o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano, rompendo a dualidade estrutural entre as funções intelectual e instrumental.

Sendo assim, as atividades de prática e estágio são de caráter prático, pedagógico e de aprimoramento técnico e científico, devendo oportunizar a vivência de situações reais do cotidiano profissional. A experiência de estágio contribui para que o(a) estudante construa autonomia de pensamento e de ação com vistas à resolução de problemas na área profissional de sua formação, além de vivenciar a cultura laboral no seu campo de atuação. A inserção no ambiente de trabalho ao longo do percurso de formação acadêmica contribui significativamente, por sua vez, para a promoção do desenvolvimento do espírito e do pensamento reflexivo.

O estágio, de acordo com a Lei nº 11.788/08⁴ poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares nacionais para o ensino técnico e tecnológico, modalidade e área de ensino e do PPC. Cada PPC deverá estabelecer

⁴ Disponível em : <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm>. Acesso em: 29 ago. 2024.

suas normas para estágio obrigatório, quando houver, e deverá explicitar se admite ou se não admite a realização de estágio não-obrigatório. Os estágios não obrigatórios poderão ser contados como atividades complementares, caso esteja especificado no PPC.

As políticas de estágio, seus processos de gestão e acompanhamento permanente, bem como a regulamentação dos processos inerentes às relações entre o IFRS e o mundo do trabalho são coordenados pela Proen (responsável pelo estágio curricular obrigatório) e Proex (responsável pelo estágio não-obrigatório) em conjunto com os *campi*, de forma a atender as especificidades das diversas realidades e cursos do IFRS. Os cursos que preveem estágio devem ter regulamento específico e considerar, também, a normatização institucional, que regulamenta as diretrizes e procedimentos para organização e realização de estágio obrigatório e não-obrigatório dos(as) estudantes do IFRS, assim como a atuação do IFRS como instituição concedente de estágio, deste 2020.

Como forma de aproximação dos(as) estudantes das oportunidades de estágio, o IFRS busca firmar convênios e disponibiliza uma ferramenta de busca para os(as) estudantes, o Mural de Oportunidades⁵, que congrega oportunidades de atuação em projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão e nas diversas vagas de estágio e emprego.

3.5.2 A aprendizagem mediada pelo uso de tecnologias digitais

A aprendizagem mediada pelo uso de ferramentas tecnológicas se expandiu rapidamente com o avanço da tecnologia digital e sua crescente incorporação no ambiente escolar e em outros contextos de ensino. Essa realidade tem transformando o modo como o conhecimento é construído e disseminado, ampliando as possibilidades de ensino e tornando-o mais acessível, dinâmico e interativo. No entanto, para ser eficaz, deve ser integrada de maneira planejada e alinhada aos objetivos pedagógicos, garantindo que a tecnologia seja uma facilitadora do processo de ensino, contribuindo para enriquecer o aprendizado, estimular a criatividade, e promover a colaboração entre estudantes e professores(as).

Para tanto, os PPCs dos cursos devem fomentar práticas pedagógicas inovadoras, incluindo metodologias ativas com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e atividades curriculares concretizadas em outros momentos e espaços, na perspectiva de proporcionar uma experiência educativa mais rica, flexível e adaptada às necessidades dos(as) estudantes.

Conforme documento emitido pelo Conselho Nacional de Ensino (CNE), Diretrizes Gerais sobre a Aprendizagem Híbrida⁶ (2021, p.8),

⁵ Disponível em: <<https://mural.ifrs.edu.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

⁶ Disponível em:

<

Não é demais lembrar que esta flexibilidade híbrida não representa novidade para os professores e outros educadores, considerando que, historicamente, na organização da oferta da educação escolar, sempre se alternaram momentos presenciais, em salas de aulas ou em outros ambientes de aprendizagem desenvolvidos no ambiente escolar, com momentos não presenciais de estudos realizados em casa ou em outros ambientes culturais e sociais.

No entanto, as atuais TICs representam oportunidades inéditas de situações de aprendizagem e sua inserção nas propostas curriculares dos cursos deve ser considerada e planejada, na perspectiva de promover “percursos curriculares diferenciados e maior dinâmica na mobilidade das relações e mediações entre professores e estudantes, destes entre si, entre salas de aula e outros ambientes da escola e o mundo, que permitem articulações e interações mais efetivas, ampliadas e multidirecionadas” (CNE/MEC, p.2, 2021).

3.6 Educação a Distância

A Educação a Distância (EaD) no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) representa um componente estratégico para a ampliação do acesso à educação de qualidade, refletindo o compromisso institucional com a inovação educacional e a inclusão. Com base em políticas nacionais e experiências acumuladas desde 2009, o IFRS tem avançado na implementação e na consolidação da EaD como modalidade fundamental para atender às demandas diversificadas de aprendizagem.

Desde seu início em 2009, com a oferta de cursos técnicos a distância pelo programa e-Tec, o IFRS tem se destacado na evolução da EaD. A instituição rapidamente se adaptou à necessidade de regulamentação e estruturação interna, culminando na criação de Núcleos de Educação a Distância (NEaD) nos *campi* e uma coordenação central na Reitoria para guiar e apoiar as iniciativas em EaD. Esta estrutura permitiu a expansão de ofertas de cursos de formação continuada e a participação em programas federais, consolidando a base para uma expansão significativa da modalidade a distância.

A partir dessa experiência, e também da oferta de componentes semipresenciais no currículos dos cursos regulares, a Instituição foi construindo seu entendimento e intenções para a oferta de cursos regulares na modalidade a distância e, em 2019, aprovou o Regimento para Oferta Institucional de Cursos Regulares a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Em 2023, por sua vez, foi aprovado o primeiro PPC de curso regular na modalidade a distância, um curso técnico subsequente.

O IFRS reconhece a importância de superar barreiras técnicas, metodológicas, e administrativas para a efetivação da EaD. As estratégias adotadas incluíram a capacitação contínua de docentes e técnicos(as), a adoção de tecnologias educacionais avançadas e a

reestruturação curricular para integrar componentes a distância nos cursos presenciais. Essas ações visaram não apenas melhorar a qualidade da oferta educacional, mas também promover a inovação pedagógica em alinhamento com as necessidades do século XXI.

Os resultados recentes evidenciam o impacto significativo da EaD no IFRS. Destacam-se o aumento expressivo no número de componentes curriculares ofertados com carga horária a distância, a expansão dos cursos regulares na modalidade a distância, e a realização de eventos estratégicos para fomentar a discussão e o desenvolvimento da EaD. O instituto também registra um crescimento notável no número de matrículas e na diversificação dos cursos oferecidos em plataforma própria. Além disso, destacam-se as parcerias estabelecidas com outras instituições governamentais, para a oferta de cursos, as quais refletem o compromisso do IFRS com a acessibilidade, a inclusão e a qualidade educacional.

O caminho percorrido pelo IFRS na implementação e consolidação da EaD ilustra a transformação educacional em curso na instituição. Olhando para o futuro, o IFRS está comprometido em continuar a evoluir suas práticas de EaD, buscando a excelência pedagógica e a inclusão educacional. A instituição reconhece que a EaD é não apenas uma modalidade de ensino, mas uma estratégia vital para o cumprimento de sua missão educativa, preparando cidadãos(ãs) críticos(as) e capacitados(as) para os desafios da sociedade contemporânea.

A EaD, como estratégia pedagógica, responde às demandas contemporâneas por flexibilidade, acessibilidade e personalização do ensino, alinhando-se às diretrizes nacionais de educação e às expectativas da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. A formalização dessas iniciativas no PPI reforça o papel da EaD como pilar estratégico para o desenvolvimento institucional, a excelência acadêmica e a promoção da equidade educacional. Além disso, serve como referência para o planejamento futuro, garantindo que as práticas educacionais a distância permaneçam alinhadas com os valores institucionais e as metas de longo prazo do IFRS, promovendo uma educação transformadora e acessível a todos(as).

3.7 Perfil do egresso

A definição geral do perfil do egresso do IFRS sustenta-se em pressupostos político-pedagógicos que definem a educação como um processo complexo e dialético, uma prática contra-hegemônica comprometida com o desenvolvimento da transformação humana na direção do seu desenvolvimento pleno. Nesse sentido, o desenvolvimento do perfil do egresso definido pelo IFRS implica na rejeição dos processos educacionais de caráter adaptativo, prescritivo e instrumental. Sobretudo, implica em empreender esforços para a institucionalização de uma educação profissional politécnica, reflexiva, crítica, política, que possibilite ao(à) estudante a construção da compreensão histórico-cultural do trabalho, das ciências, das atividades produtivas, da literatura, das artes e dos esportes.

Associados ao perfil geral do egresso do IFRS, os PPCs, alinhados também às Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os níveis e etapas da educação técnica e tecnológica,

definem o perfil específico dos egressos relacionados a cada área do conhecimento ou eixo tecnológico.

Orientando-se para o cumprimento da missão para a qual foram criados os IFs, o IFRS faz a opção filosófico-educacional por projetos pedagógicos que definam e contribuam para a formação de um perfil de egresso com:

- formação humana e cidadã;
- capacidade de promover transformações significativas tanto para si, como trabalhador(a), assim como para o desenvolvimento social;
- condições de interpretar a sociedade e o mundo do trabalho, exercendo sua cidadania com base na justiça, na equidade e na solidariedade;
- visão interdisciplinar e formação politécnica, capaz de atender às demandas do mundo do trabalho e da sociedade como um todo;
- autonomia;
- capacidade reflexiva;
- visão indissociada da teoria e da prática;
- capacidade de articulação entre os conhecimentos gerais e específicos da sua área de atuação.

3.8 Formação de Docentes

Os Institutos Federais desempenham um papel essencial na formação de professores(as), especialmente no contexto da educação profissional e tecnológica, mas também em um âmbito mais amplo, abrangendo a formação de docentes para a educação básica.

A formação docente é um compromisso institucional, presente na Lei de criação dos IFs (11.892/2008), que tem como um dos seus objetivos “a oferta de cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional”, devendo disponibilizar o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para essa finalidade.

Os Institutos Federais, com um modelo institucional caracterizado pela verticalização do ensino, que permite diversos percursos formativos (desde a Educação Básica até a Pós-Graduação, além dos cursos de formação continuada), com uma interlocução direta com a Educação Básica para professores formadores e licenciandos, e a proposta da formação baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão, tornam-se um diferenciado *locus* para a formação docente, com potencial para a promoção de uma formação teórica consistente e ancorada na prática.

Portanto, no IFRS, a formação de professores(as) está intimamente ligada à pesquisa e à extensão. Os(As) futuros(as) docentes são incentivados(as) a participar de projetos de pesquisa

que contribuam para a melhoria da prática educativa e para a inovação no ensino. Além disso, a extensão permite que os(as) estudantes de licenciatura interajam com a comunidade, em especial com as escolas, aplicando o conhecimento adquirido em sala de aula em situações reais, o que enriquece sua formação e amplia sua compreensão sobre o papel do(a) educador(a) na sociedade, pois os IFs são instituições estratégicas para o desenvolvimento regional, e isso se reflete na formação de professores(as) que compreendem as especificidades e as necessidades das regiões em que atuam.

Com vistas a fortalecer a atuação do IFRS na formação docente, em 2018, foi aprovada a Política Institucional para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, que propõe diretrizes e objetivos para orientar a organização e o funcionamento dos Cursos de Formação de Professores da nossa Instituição, em consonância com os princípios e as políticas institucionais, a legislação vigente e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica. A referida Política traz os princípios e o perfil de egresso que o IFRS têm como referência para a proposição dos seus cursos, e prevê instâncias organizacionais de participação e gestão da formação docente que buscam institucionalizar um espaço permanente de discussão sobre os cursos de licenciatura e suas relações com a Educação Básica, em especial a pública, bem como com a pesquisa, a pós-graduação e a extensão.

São muitos os desafios para a formação docente, como a desvalorização da profissão, em termos salariais e de condições de trabalho, o que desmotiva estudantes a ingressarem na profissão e resulta em uma baixa atratividade do curso de formação docente, mudanças frequentes nas políticas educacionais do país, muitas vezes sem continuidade ou coerência, que afetam o trabalho desenvolvido pelas instituições formativas, que precisam constantemente se adaptar a novos currículos, métodos de avaliação e diretrizes de ensino, entre outros. O papel do IFRS, nesse contexto, é ser uma Instituição comprometida com a oferta e o fortalecimento de propostas formativas que busquem a integração entre teoria e prática, atualização tecnológica, e dar suporte contínuo ao desenvolvimento profissional dos(as) professores(as), numa relação estreita com as instituições de Educação Básica da rede estadual e municipal.

4 POLÍTICAS DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

As políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFRS objetivam o desenvolvimento e disseminação das atividades de pesquisa científica e tecnológica e de inovação e de educação científica, em consonância com os paradigmas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e alinhadas com o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) coordenado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Conselho Nacional de Educação

(CNE) e às diretrizes da Nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2023-2030).

Para isso, a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proppi), em conjunto com o Comitê de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Coppi) - formado pelas Direções e Coordenações de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - tem responsabilidade na normatização e operacionalização das atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação. Por meio de ações e programas institucionais, a Proppi busca promover o desenvolvimento de projetos de pesquisas básicas e aplicadas em diferentes áreas do conhecimento, a iniciação científica e tecnológica e de inovação e educação científica, os ambientes de pesquisa e inovação, ações de divulgação do conhecimento científico e tecnológico, e a pós-graduação em seus níveis *Lato* e *Stricto Sensu*. A Proppi, por sua vez, mantém o alinhamento com os objetivos institucionais e as realidades dos *campi*, em conjunto com as Comissões de Acompanhamento e Gestão das Atividades de Pesquisa e Inovação e as Coordenações de Pós-graduação atuantes em cada unidade do IFRS.

Desta forma, as atividades de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação balizam-se pela participação democrática, a educação omnilateral e o princípio educativo do trabalho; a indissociabilidade com Ensino e Extensão; a verticalização representada na participação dos(as) estudantes de todos os níveis de ensino e servidores(as) nas atividades científicas e o reconhecimento da diversidade das áreas de conhecimento; a cultura de inovação e estímulo ao empreendedorismo, ao associativismo e ao cooperativismo; as ações afirmativas, o respeito ao meio ambiente e à sustentabilidade; os valores éticos da pesquisa e a disseminação do conhecimento científico e de soluções tecnológicas para redução das desigualdades regionais e bem-estar da sociedade; a defesa incondicional da Educação e da Ciência frente às perspectivas negacionistas que refutam seus valores e métodos. Os processos e fluxos, bem como suas formas de operacionalização, estão normatizados em documentos específicos através de Resoluções aprovadas pelo Consup e Instruções Normativas da Proppi.

4.1. A Pesquisa e Inovação

No âmbito da Pesquisa e Inovação, são incentivados projetos que envolvam investigações teóricas e/ou experimentais, com objetivo de adquirir conhecimento novo sobre os fundamentos subjacentes aos fenômenos e fatos observáveis e de aplicação de resultados de pesquisas básicas ou produção técnico-científica e aperfeiçoamentos tecnológicos para aplicação prática para solução de problemas ou objetivos específicos. Entre as políticas, a instituição do Programa de Fomento à Pesquisa e à Inovação do IFRS passou a organizar e fortalecer o desenvolvimento das atividades de pesquisa e inovação, ao prever a concessão de bolsas de fomento interno e externo e de auxílio institucional à produção científica, tecnológica e inovação, além da captação de recursos de organizações externas. Da

mesma forma, os projetos preveem a inserção dos estudantes do IFRS e de instituições parceiras nas atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação, possibilitando a aquisição de conhecimentos da metodologia científica, o aprofundamento de técnicas e pensamento científico, além de estimular o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação com participação discente de todos os níveis de ensino.

Desta forma, a realização de projetos de pesquisa e programas de cooperação e intercâmbio direcionados à implementação de ações técnico-científicas para a execução de atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação são prioridades institucionais. Eles, por sua vez, devem estar em consonância com as necessidades das comunidades de áreas de abrangência do IFRS, propondo soluções científicas, tecnológicas e inovadoras para demandas em âmbito local, regional e nacional, reconhecendo as atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país. Nesse intuito, são estabelecidos e mantidos intercâmbios com instituições científicas e tecnológicas (ICTs) nacionais e internacionais, organizações públicas e privadas, e empresas de diferentes segmentos produtivos, visando firmar parcerias, contratos e convênios sistemáticos na área da pesquisa, promovendo a colaboração entre pesquisadores e estudantes, além do desenvolvimento de projetos comuns.

O ambiente institucional da Pesquisa e Inovação possibilita, ainda, dentro da linha de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, programas de cooperação e intercâmbio técnico-científico, os quais buscam definir, planejar, coordenar e executar estudos, levantamentos, pesquisas, planos e programas destinados ao aprofundamento do conhecimento técnico-científico, dar apoio mútuo na promoção e desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento, absorção e transferência de tecnologia, prestação de serviços, intercâmbio de informações técnico-científicas, ensino e treinamento relevantes aos interesses das instituições colaboradoras, além de atividades culturais de disseminação do conhecimento científico e tecnológico.

A institucionalização e consolidação da pesquisa ocorrem através da participação ativa dos *campi* do IFRS, o que vem permitindo expandir o número de Grupos e Linhas de Pesquisa no Diretório de Pesquisa do CNPq devidamente certificados pela Proppi. O desenvolvimento das pesquisas a partir dos Grupos e Linhas de Pesquisa nos *campi* alinha-se à expertise das áreas do conhecimento de oferta dos cursos em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como aos programas, projetos e ações de extensão, com o objetivo de contribuir para a produção, a sistematização e a disseminação do conhecimento de forma integrada. Assim, o ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam, acompanhando o princípio da verticalidade. Os processos de pesquisa, sejam de cunho pedagógico e/ou científico, partem do desenvolvimento de práticas investigativas, intensificando-se até a geração de soluções técnicas e tecnológicas, em

atendimento às demandas sociais e peculiaridades regionais, tendo como foco a extensão de seus benefícios para a comunidade.

A atividade de pesquisa científica e tecnológica e de inovação, portanto, vem sendo institucionalizada no IFRS como um dos pilares da atividade acadêmica em todos os níveis e modalidades. Ela é indissociável do ensino e da extensão, na qual os pesquisadores buscam produzir conhecimentos que contribuem para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social, tecnológico e cultural. Ela passa pela articulação entre a qualidade de ensino e o desenvolvimento científico, pedagógico, artístico, esportivo, tecnológico e cultural das regiões de atuação do IFRS, reconhecendo o processo de desenvolvimento de produções artísticas e esportivas também como uma dimensão da pesquisa. Ela é pautada pela ética, mediada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e Comissão de Ética em Uso de Animais (CEUA), zelando pela dignidade, direitos, segurança e bem-estar dos(as) participantes de uma pesquisa. Por fim, ela é situada e crítica, voltada à promoção do bem comum, à soberania científica e tecnológica, à sustentabilidade e respeito ao meio ambiente, e em consonância com os princípios das ações afirmativas, reconhecendo e combatendo as desigualdades impostas por questões socioeconômicas, étnicas e de gênero.

Estabelecida em 2020, a Política de Inovação do IFRS propõe uma cultura de inovação a partir de medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, visando geração de produtos, processos e serviços inovadores, a partir da interação com a sociedade e seus arranjos produtivos, sociais e culturais locais, regionais ou nacionais. Entre elas, está a formação de alianças estratégicas para o desenvolvimento de projetos cooperados entre diferentes ICTs e outros agentes vinculados à área da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Outra perspectiva está no fomento aos ecossistemas de inovação a partir dos *campi*, incentivando a implantação e o desenvolvimento de habitats de inovação e empreendedorismo, podendo envolver espaços dedicados à cultura maker e laboratórios FabLabs, incubadoras e pré-incubadoras tecnológicas, sociais e culturais, espaços abertos de trabalho cooperativo (espaços coworking), empresas júnior e laboratórios de inovação, de maneira a gerar soluções vinculadas à inovação e ao empreendedorismo, ao associativismo e ao cooperativismo. Para isso, eles contam com apoio da Proppi por meio da Coordenação de Habitats de Inovação e Empreendedorismo, dispondo de recursos a partir de editais de fomento.

A Política de Inovação ainda envolve a preocupação com a articulação dos atores envolvidos na dinâmica da inovação junto aos *campi*, de forma que a cultura da inovação e suas soluções alcancem a sociedade, repercutindo no desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e cultural em nível local, regional e nacional. Desta forma, a Política de Inovação pauta-se pelo incentivo e apoio ao desenvolvimento de projetos de cooperação, envolvendo empresas nacionais, ICTs e organizações de direito privado, sem fins lucrativos e voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos e processos inovadores. Para isso, cabe ao Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) a transferência do conhecimento

científico e tecnológico gerado pela instituição para a sociedade e a promoção de adequada proteção das invenções geradas no IFRS. A partir do Escritório de Projetos (EP), manifesta-se a preocupação com a promoção da articulação do IFRS com demais organizações na oferta de soluções de inovação tecnológica à sociedade, envolvendo o apoio à formalização de parcerias, à captação de recursos externos para eventos e projetos, e à prestação de serviços à comunidade externa, caracterizando a cultura de inovação e seus produtos como representativos às demandas da sociedade.

4.2. A divulgação científica e tecnológica

Do ponto de vista da divulgação científica, tecnológica e de inovação do IFRS, há apoio à edição de periódicos científicos. Atualmente somando cinco periódicos, eles corroboram para divulgar os resultados das pesquisas científicas desenvolvidas no IFRS e em outras instituições congêneres, assim como contribuem para o processo de disseminação de informações e conhecimentos científicos e tecnológicos. A visibilidade destes periódicos do IFRS é vital, contando desde 2016 com o Setor de Publicações Científicas para dar suporte à demanda de difusão, valendo-se do *Open Journal Systems (OJS)* para gestão e qualificação desse acervo. Além dos periódicos, o Setor de Publicações Científicas também envolve outras formas de produção intelectual do IFRS em suas diferentes áreas do conhecimento, como livros e anais de eventos, incentivando, sistematizando e divulgando as produções, de forma a alcançar a comunidade escolar e acadêmica e o público em geral.

Por sua vez, a promoção e a participação em eventos científicos, técnicos, tecnológicos e culturais por parte da comunidade do IFRS possibilita meios para disseminar os conhecimentos gerados no ambiente institucional e compartilhá-los com a sociedade. No âmbito do IFRS, as mostras dos *campi* e no Salão de Pesquisa, Ensino e Extensão oportunizam a estudantes vinculados(as) à Iniciação Científica e Inovação Tecnológica o compartilhamento de suas experiências significativas na comunicação de atividades, funcionando como motivação para a prática de pesquisa. Mais do que isto, as mostras aproximam a comunidade local das atividades científicas e tecnológicas desenvolvidas pelos *campi*, em especial às que dialogam diretamente com suas demandas.

Os encontros promovidos entre pesquisadores do IFRS vêm, desde 2013, proporcionando espaços para intercâmbio de informações e experiências de pesquisa por meio de debates, palestras e minicursos. Por sua vez, eventos científicos e tecnológicos externos ao IFRS, que podem contar com apoio institucional para participação, permitem envolver estudantes e servidores(as) em ambientes especializados, em diálogo com a comunidade científica e tecnológica de diferentes áreas do conhecimento, validando e aperfeiçoando a produção científica, tecnológica e de inovação do IFRS. Da mesma forma, a divulgação pode envolver iniciativas com as comunidades locais em espaços não-formais de ensino e pesquisa,

oportunizando trocas de experiências com o reconhecimento de demandas e seus saberes práticos, permitindo dialogá-los com os métodos e valores científicos, incorporando-os na construção de conhecimentos significativos e inovadores.

Desta forma, a divulgação científica assume um caráter formativo à medida que os ambientes de Pesquisa e Inovação do IFRS franqueiam seus espaços à comunidade local. As articulações entre pesquisa, ensino e extensão oportunizam uma educação científica, não limitada ao aprendizado do método científico e tecnológico de determinada área do conhecimento, mas em sua problematização e aplicabilidade às peculiaridades regionais. Essas possibilidades podem abranger experiências com espaços maker e laboratórios, visitas técnicas, desenvolvimento de projetos de pesquisa colaborativos com escolas, entre outras, corroborando para constituição de processos autônomos de ensino e aprendizagem científica em torno da solução de problemas para incentivar uma formação crítica, colaborativa e criativa dos(as) envolvidos(as), com repercussão no letramento científico e tecnológico e na cultura de inovação. Trata-se, pois, de um processo dialógico, que repercute no processo de ensino e aprendizagem dos(as) próprios(as) estudantes e servidores(as) envolvidos(as) nas atividades de pesquisa e inovação.

4.3. A Iniciação Científica e Tecnológica

Em 2015, o IFRS estabeleceu o Programa de Iniciação Científica e Tecnológica, possibilitando aos(às) estudantes o desenvolvimento de habilidades para a pesquisa científica e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções científicas, técnicas e tecnológicas às demandas sociais. Para isso, foram estabelecidas ações de formação científica dos(as) estudantes, que oportunizam o envolvimento discente, de todos os níveis de ensino, nas atividades científicas e tecnológicas realizadas pelo IFRS. Em síntese, elas representam a oportunidade dos(as) estudantes de desenvolver um determinado tema por meio de um projeto de pesquisa, usando técnicas e métodos científicos, sob a supervisão de um(a) orientador(a), ou a chance de promover a inserção dos(as) estudantes na prática da pesquisa geradora de uma inovação tecnológica, como produto ou processo, partindo-se de uma demanda da sociedade.

O desenvolvimento de um projeto de pesquisa, de caráter básico ou aplicado, tem no(a) estudante parte obrigatória, na qualidade de bolsista ou voluntário(a), para sua execução, tendo em vista seu princípio educativo. Trata-se de proporcionar ao(à) estudante a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, contribuindo para um pensar científico e criativo diante os problemas de pesquisa. Da mesma forma, possibilita desenvolver a vocação científica e o desenvolvimento tecnológico, incentivando talentos potenciais por meio da participação em projetos de pesquisa. A importância da participação dos(as) estudantes é estimulada pela concessão de bolsas de fomento interno e externo à pesquisa, além da oportunidade de participar de eventos científicos e de ambientes de pesquisa e inovação, conferindo

experiências e oportunidade de trocas com a comunidade externa, gerando novos saberes. Desta forma, é esperado que a Iniciação Científica e Tecnológica contribua na formação integral dos(as) estudantes, somando-se às ações pedagógicas desenvolvidas no IFRS que estimulam a pesquisa, a criatividade, a curiosidade, a reflexão, a cooperação e a solidariedade, estabelecendo relação com o meio em que está inserido, preparando sua atuação para o mundo do trabalho a partir de uma cidadania plena e ativa.

4.4. A Pós-graduação

As políticas vinculadas à Pós-graduação do IFRS seguem os objetivos dos Institutos Federais, contribuindo para oferta de cursos que promovam a articulação entre ciência, tecnologia e cultura, e a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, em prol do desenvolvimento nacional, com destaque à sua atuação no plano local e regional. Para o IFRS, os cursos de pós-graduação possibilitam mais um espaço para o desenvolvimento da pesquisa e inovação, expandindo os horizontes do conhecimento científico, tecnológico e cultural em diferentes áreas do conhecimento, oportunizando uma educação integradora entre teoria e prática, de maneira a constituir uma interação significativa com a realidade onde se insere. Não por acaso, os cursos de pós-graduação repercutem no desenvolvimento educacional, socioeconômico e cultural das regiões onde são ofertados.

O sistema de Pós-graduação do IFRS é estruturado em cursos no formato *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* situados nos *campi*, distinguindo-se dos cursos de graduação devido seus objetivos mais amplos e aprofundados da formação científica e cultural, representando a consolidação da verticalização das atividades acadêmicas do IFRS. Desta forma, os cursos de pós-graduação *Lato Sensu* caracterizam-se por serem cursos de especialização, destinados aos(as) portadores(as) de diploma de graduação que visam à complementação, à ampliação e ao desenvolvimento do conhecimento teórico-prático em determinada área do conhecimento. Por sua vez, os cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* assumem a natureza de mestrados e doutorados por áreas do conhecimento, a partir de suas modalidades profissional e acadêmica. Consoantes à missão institucional do IFRS e seu vínculo com a EPT, superando o caráter estritamente acadêmico-científico e cultural, a prioridade da oferta de *Stricto Sensu* é de mestrados e doutorados profissionais, por oportunizar a ampliação da experiência prática dos(as) estudantes, voltados à capacitação e aos conhecimentos aplicados, tecnologias e resultados científicos com vistas à solução de problemas no ambiente de atuação profissional. Eles podem ser ofertados de forma associativa/colaborativa (em rede), envolvendo diferentes *campi (multicampi)* e/ou em parcerias com instituições habilitadas para tal. Ainda se pode destacar o Programa de Pós-doutorado do IFRS, instituído com a preocupação em melhorar o nível de excelência científica e tecnológica, possibilitando que pós-doutorandos(as) atuem na pós-graduação *stricto sensu*, colaborando na participação e acompanhamento das atividades de pesquisa.

O Departamento de Pós-Graduação, vinculado à Proppi, é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão das ações relativas ao sistema de pós-graduação. Por sua vez, as diretrizes gerais dos cursos de Pós-graduação do IFRS são elaboradas e revisadas pela Proppi, em conjunto com o Coppi, Colegiado de Coordenadores dos Programas *Stricto Sensu* e Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodi). Em linhas gerais, todos os cursos *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* devem respeitar o princípio da aplicabilidade investigativa, assumindo um caráter profissional para formação de seus pós-graduandos. Além disso, devem considerar o respeito às ações afirmativas, por meio da reserva de vagas para pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas e PcD nos processos seletivos; o caráter indissociável da prática de ensino e da pesquisa e o vínculo com a verticalização das atividades acadêmicas do IFRS; o atendimento de demandas sociais e do mundo do trabalho de forma articulada à pesquisa, ao ensino e à extensão, repercutindo nos arranjos locais e regionais; o comprometimento com a inovação tecnológica e transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos à sociedade; a formação de recursos humanos para os campos da educação, ciência e tecnologia, tendo como base o desenvolvimento da EPT; e a formação de profissionais para a pesquisa aplicada e para a inovação tecnológica.

5 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A gestão da extensão no IFRS é responsabilidade da Pró-reitoria de Extensão (Proex) que trabalha em conjunto com o Comitê de Extensão, formado pelas Direções/Coordenações de Extensão das unidades, e tem por atribuição principal normatizar e operacionalizar as ações de extensão, garantindo sua efetividade e alinhamento com os objetivos institucionais e com as realidades de cada *campus*, em conjunto com suas respectivas Comissões de Gerenciamento das Ações de Extensão (CGAEs). Nesta conjuntura, as atividades de extensão podem receber apoio financeiro do IFRS, bem como de outras entidades públicas ou privadas, seguindo as diretrizes estabelecidas na Política de Extensão e demais regulamentos da instituição.

A natureza institucional do IFRS é marcada pela sua abrangência e presença em 16 municípios do Rio Grande do Sul, o que o coloca diante de uma diversidade de realidades sociais, culturais e produtivas. Além de democratizar o acesso à educação profissional nessas localidades, muitas das quais historicamente carentes desse tipo de oferta pública, o IFRS encara o desafio de promover o desenvolvimento dos territórios em que está inserido. Isso significa que a instituição se compromete em alinhar suas atividades de pesquisa, ensino e extensão às dinâmicas locais. Em se tratando da extensão, o objetivo é atender às demandas das comunidades e contribuir para o fortalecimento dos arranjos sociais, culturais e produtivos locais onde tais necessidades não estão plenamente supridas.

Neste contexto, a ação extensionista no âmbito do IFRS é percebida como fundamental para integrar as atividades de ensino e pesquisa do Instituto com as necessidades dos setores da sociedade, preparando assim profissionais capacitados(as) para contribuir e humanizar o mundo do trabalho. Segundo a Política de Extensão da instituição, estas ações devem ser desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos ou prestação de serviços, registrados no sistema informatizado adotado pelo IFRS e aprovados de acordo com as normas institucionais específicas para esta finalidade.

Estas atividades devem ter como princípio o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, através da produção de novos conhecimentos que sejam acessíveis e relevantes para as comunidades. Além disso, a extensão é vista como um meio de revitalização institucional, visto que, através das trocas realizadas entre a comunidade externa e a acadêmica, esta última tem a oportunidade de aplicar e aprimorar o conhecimento adquirido na academia em situações reais, enfrentando desafios e desenvolvendo habilidades práticas e promovendo um verdadeiro intercâmbio de conhecimentos.

É neste íterim que o IFRS busca otimizar suas políticas de extensão através das trocas com a sociedade, divulgando o conhecimento produzido, fortalecendo atividades extensionistas em todos os seus *campi* e apoiando, de forma concreta, ações de extensão em áreas consideradas estratégicas para a instituição. As linhas de auxílio institucional à extensão presentes no edital de fomento publicado anualmente pela Proex são um exemplo de direcionamento de recursos financeiros e humanos para áreas consideradas de pertinência social, a saber, arte e cultura, educação física e lazer, mulheres em condição de vulnerabilidade, ações afirmativas e ações propostas por estudantes. Essas políticas, por sua vez, refletem o compromisso do IFRS em combater a desigualdade e exclusão social, utilizando a educação como ferramenta para melhorar a qualidade de vida dos(as) cidadãos(ãs).

Um dos maiores desafios postos no momento na extensão, não somente no IFRS, mas em todas as instituições de ensino do país, tem sido a inserção das atividades extensionistas nos currículos dos seus cursos de graduação. A inserção da extensão nos currículos de graduação do IFRS começou a ser pensada de forma sistematizada no início do ano de 2020, com a constituição de um grupo de trabalho composto por servidores(as) representantes do Comitê de Extensão (COEX), do Comitê de Ensino (COEN), da Pró-reitoria de Extensão (Proex) e da Pró-reitoria de Ensino (PROEN). Atualmente dispomos de uma resolução própria (com a primeira versão publicada em 2022), que regulamenta as diretrizes e procedimentos para a implantação e desenvolvimento da Curricularização da Extensão para cursos de graduação do IFRS e de uma Instrução Normativa (primeira versão publicada em 2024) que estabelece os fluxos e procedimentos de submissão, aprovação, validação e registro de ações de extensão nos componentes curriculares dos cursos de graduação. Os princípios e diretrizes que sustentam este processo seguem o disposto na Política de Extensão da instituição e versam especialmente sobre a interação dialógica e contínua com a sociedade e a integração entre diferentes áreas do

conhecimento, oportunizando aos(as) estudantes uma formação integral e holística e, principalmente, o envolvimento dos(as) estudantes como protagonistas nas atividades curriculares de extensão, com fortalecimento do comprometimento ético e social.

O IFRS busca constantemente integrar ensino, pesquisa e extensão em sua atuação, com a Proex desempenhando um papel fundamental no planejamento, coordenação, fomento e acompanhamento das mais diversas atividades de extensão. A Proex conta também com a atuação das Assessorias de Arte e Cultura e Internacional, além do Departamento de Comunicação e do Departamento de Extensão. Especialmente em relação ao Departamento de Extensão, além de suas atividades executivas da Proex, cabe apoiar as ações relacionadas ao Programa de Acompanhamento de Egressos e ao Núcleo de Memória do IFRS. Por fim, é importante mencionar que a Proex possui um periódico voltado à divulgação de relatos de experiência de ações de extensão ou de ações indissociáveis entre extensão, ensino e pesquisa que apresentem, em destaque, a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho na promoção do processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos, visando a promoção socioeconômica, ambiental e cultural sustentável, local e regional.

5.1 Núcleo de Memória do IFRS

A história e a memória desempenham importante papel de construção da identidade institucional e de reflexão sobre a EPT. A política de memória do IFRS, cuja trajetória remonta à Política de Comunicação de 2015 e à regulamentação do Núcleo de Memória do IFRS (NuMem/IFRS) em 2021, reconhece o processo histórico de lutas pela superação da dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro que, por muito tempo, reservou o papel subalterno da educação profissional ao assistencialismo e às necessidades de mercado, reforçando a exclusão social. Com apoio do NuMem/IFRS, a política busca compreender esse passado de transformações em prol de uma educação politécnica, constituindo uma identidade plural, inclusiva e crítica do IFRS e da educação profissional vivenciada pela instituição, fortalecendo o senso de pertencimento a ela. Essa Política contribui para preservar e disseminar o patrimônio cultural de natureza material e imaterial da instituição a partir de ações e projetos indissociáveis de ensino, de pesquisa e de extensão, promovendo a conscientização histórica dos(as) estudantes e dos(as) trabalhadores(as) em educação em relação a seus saberes em diálogo com o mundo do trabalho.

Desta forma, cabe ao NuMem/IFRS organizar, preservar, difundir, salvaguardar e permitir acesso ao patrimônio cultural de natureza imaterial e material do IFRS de forma sistemática e permanente. Entre suas ações está o desenvolvimento de políticas, mecanismos e projetos para tal fim; o apoio e/ou coordenação de ações e projetos que se proponham a estudar a história da instituição e suas comunidades de abrangência; e a captação, organização e preservação dos acervos históricos visando a produção e a disseminação da memória e da história institucionais,

centralizando-as no repositório digital unificado do NuMem/IFRS, além de seu site e espaços físicos próprios.

5.2 O Programa de Acompanhamento de Egressos

O programa de acompanhamento de egressos(as) do IFRS está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e às Direções/Coordenações de Extensão dos *campi* do IFRS que, por meio de uma comissão geral, seguem as orientações da Instrução Normativa (publicada em 2022) para assegurar a continuidade do vínculo institucional com os(as) egressos. Entre as dimensões da extensão, o acompanhamento de egressos é um conjunto de ações voltadas para monitorar a trajetória profissional dos(as) ex-estudantes, com o objetivo de identificar cenários no mundo produtivo e retroalimentar os processos de ensino, pesquisa e extensão.

Com a criação do Programa de Acompanhamento de Egressos foi lançado o site Alumni IFRS. Esse espaço virtual tem como objetivo promover a troca de experiências e oportunidades, incentivando os(as) ex-estudantes a compartilhar suas vivências, estabelecer novos relacionamentos, fomentar parcerias e promover seu desenvolvimento pessoal e profissional. Por meio do Alumni IFRS, a instituição busca reunir dados importantes sobre as contribuições profissionais dos(as) egressos(as) à sociedade, informações que serão essenciais para aprimorar os cursos, os *campi* e a própria instituição.

5.3 Assessoria de Arte e Cultura

Com o objetivo de implementar e gerir a Política de Arte e Cultura, instituída em 2020, foi criada a Assessoria de Arte e Cultura. Sua principal finalidade é promover e desenvolver o campo da Arte e da Cultura — em suas diversas dimensões, linguagens e especificidades — dentro do IFRS. A política busca abranger ações de ensino, pesquisa e extensão, alinhando-se à legislação e aos paradigmas atuais para o campo e para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A Assessoria de Arte e Cultura é composta por assessoria designada e vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, além da Comissão Permanente de Arte e Cultura (CPAC), que representa os Núcleos de Arte e Cultura dos *campi* (NACs), atualmente em fase de organização. O trabalho conjunto visa desenvolver meios, instrumentos e estratégias para o planejamento, acompanhamento e avaliação das ações relacionadas à Política de Arte e Cultura do IFRS, tanto no âmbito local (nos *campi*) quanto institucional, de forma crítica, colaborativa e integrada com os agentes envolvidos.

As ações de arte e cultura são consideradas estratégicas para a permanência, o sucesso e a participação dos estudantes nos ambientes institucionais, assim como para toda a comunidade acadêmica. Elas visam democratizar o acesso aos bens e produtos artísticos e

culturais, promover a liberdade de expressão e criação, além de contribuir para uma formação integral e integrada.

5.4 A Assessoria Internacional

A Assessoria Internacional do IFRS, vinculada institucionalmente à Proex, tem a função de gerenciar as relações com instituições estrangeiras por meio de acordos bilaterais e parcerias com instituições de ensino e pesquisa. Sua missão é promover e apoiar ações que fortaleçam a cultura da internacionalização, facilitando a recepção de estudantes e servidores estrangeiros, bem como o envio de estudantes e servidores do IFRS para instituições do exterior com as quais o IFRS possui acordos vigentes. Além de promover intercâmbios com instituições internacionais, a Assessoria Internacional também é responsável por divulgar informações sobre cursos, bolsas de estudo e programas, oferecendo oportunidades à comunidade acadêmica do IFRS.

5.5 Programas Especiais

O IFRS tem como premissa ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Além disso, busca desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. Nesse contexto, os programas especiais estão comprometidos com estas premissas e com o desenvolvimento socioeconômico e cultural, da inclusão educacional, criando pontes e dialogando com as experiências e necessidades dos territórios de abrangência do IFRS e das pessoas que neles habitam.

6 PERMANÊNCIA E ÊXITO

6.1 Política de Ingresso Discente

O IFRS, como instituição integrante da rede pública brasileira de educação, tem como compromisso contribuir para a democratização e expansão do ensino público e gratuito, buscando assegurar a igualdade de condições de acesso.

Desde 2017, o Instituto conta com uma Política de Ingresso Discente que traz o conjunto de princípios e diretrizes que estabelecem a concepção, a organização, as competências e o modo de funcionamento dos diferentes órgãos, para a implantação de ações que promovam o ingresso de novos(as) estudantes em consonância com a Lei 11892/2008, demais legislações vigentes e as normas internas.

A forma de ingresso aos cursos regulares do IFRS ocorre mediante processo de seleção (prova ou sorteio público) próprio. No caso de não preenchimento das vagas dos cursos de graduação, destinadas aos(as) candidatos(as) que optam pelo uso da nota do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, as vagas remanescentes são redirecionadas ao processo de ingresso próprio, por curso, turno e modalidade de acesso equivalente, para serem preenchidas pelos(as) candidatos(as), respeitando a ordem de classificação. É garantido aos *campi* do Instituto o sorteio para ingresso nos Cursos de Ensino Técnico de Nível Médio Integrado, Cursos de Ensino Técnico Concomitantes ao Ensino Médio e Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, a partir da adesão dos mesmos a essa modalidade de ingresso. O número de vagas para os cursos está definido nos Projetos Pedagógicos de cada curso, adequando-se às demandas regionais e às especificidades de cada *campus*.

A reserva de vagas é efetuada conforme a legislação vigente e de acordo com a Política de Ações Afirmativas do IFRS. Desde 2018, o IFRS tem normatizado o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração do(a) candidato(a) negro(a), inscrito(a) para reserva de vagas raciais, nos Processos de Ingresso Discente nos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação. Cada *campus* tem uma comissão própria, que realiza as bancas com os(as) candidatos(as) inscritos(as) por cota racial. As comissões têm o seu trabalho acompanhado pela Assessoria de Relações Étnico Raciais e Departamento de Ingresso Discente, que também promovem atividades formativas para os membros, de forma periódica.

Cabe destacar também que, desde 2019, o Instituto implementou a Política de Ingresso Especial e Permanência dos Estudantes Indígenas do IFRS, realizando um processo seletivo específico para esse grupo, tendo como referência, dentre outras legislações, a Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), que institui a superação da discriminação étnica no acesso às instituições públicas e privadas.

Em consonância com a sua missão, o IFRS visa a promoção da inclusão social e a democratização do acesso à educação de qualidade, com especial atenção à inserção da população de baixa renda, historicamente marginalizada no acesso a serviços públicos. Com o compromisso de constituição de uma sociedade mais justa e equitativa, promove a formação profissional, tecnológica e cidadã para todos(as), independentemente de sua condição socioeconômica, transformando realidades, e instruindo nossos(as) estudantes para que sejam agentes de mudança em suas comunidades, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento social e econômico do país.

6.2 Acompanhamento Pedagógico

O IFRS trabalha com a criação de tempos e espaços voltados para a discussão das práticas pedagógicas nos *campi*; em especial, destaca-se o conselho pedagógico (que ocorre na forma de conselhos de classe e de reuniões de colegiado do curso). Esses momentos têm

como principais objetivos avaliar o trabalho desenvolvido pelo corpo docente dos cursos e o desempenho dos(as) estudantes de uma forma integral, a fim de ajustar ou repensar as estratégias dentro do processo de ensino e aprendizagem no curso. Essa atividade é desenvolvida pela gestão do ensino dos *campi* em conjunto com as equipes pedagógicas, equipe da Assistência Estudantil e os Núcleos.

A promoção de uma prática pedagógica em que os princípios e políticas citados ao longo deste PPI se concretizem exige um acompanhamento constante e, neste processo, destaca-se o trabalho das equipes pedagógicas que, de acordo com os objetivos presentes na Política dessas equipes (aprovada em 2022) devem contribuir para a efetivação do Projeto Pedagógico Institucional e fomentar a reflexão sobre a prática pedagógica, com vistas a promover e consolidar ações voltadas às necessidades educativas dos(as) estudantes, dentre outras finalidades.

6.3 Plano Estratégico de Permanência Êxito e o Observatório de Permanência e Êxito do IFRS

A permanência e o êxito nas instituições de ensino são desafios centrais para a educação contemporânea. Esses aspectos envolvem não apenas a capacidade dos(as) estudantes de concluir seus cursos, mas também a qualidade do aprendizado e o suporte oferecido ao longo do processo. Fatores socioeconômicos, emocionais e pedagógicos desempenham papéis cruciais, exigindo estratégias integradas que promovam um ambiente acolhedor e estimulante para todos(as) os(as) envolvidos(as).

O processo de construção do Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFRS iniciou em 2013, a partir dos resultados/recomendações apontados no Acórdão 506 do Tribunal de Contas da União, fruto de auditoria na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, focando, diretamente, nos 38 Institutos Federais. A partir de então, foi nomeado um Grupo de Trabalho (GT) com representação de todos os *campi* do IFRS para o levantamento das causas da evasão e retenção dos estudantes.

França, Escott e Schroer (2021) fazem um resgate histórico sobre como se sucedeu esse processo, destacando que em 2015 a Instituição muda o escopo da discussão, focando na Permanência e Êxito de estudantes, e não mais nos termos evasão e retenção. Em seguida, é criada a Comissão Interna de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRS (CIAAPE) e as subcomissões nos *campi*, ambas com caráter multidisciplinar e compostas por integrantes dos seguintes segmentos: Ensino, Extensão, Pesquisa, Desenvolvimento Institucional, Estudantes, Assistência Estudantil, Registros Acadêmicos, Comunicação e Coordenação de Cursos. Em 2016 e 2017, foram intensificadas e aprofundadas as discussões do Plano Estratégico de Permanência e Êxito (PEPE) do IFRS e, em 2018, foi aprovada no Conselho Superior do IFRS a Resolução que institui o Plano Estratégico de Permanência e Êxito.

Em setembro de 2018, o Observatório de Permanência e Êxito é criado, com a finalidade de ser um espaço onde a comunidade possa encontrar indicadores de monitoramento do Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFRS, além de análises, acervo de estudos, vídeos e informações sobre a realidade educacional do IFRS. O objetivo geral deste é introduzir, gradualmente, na cultura institucional mecanismos sistêmicos e periódicos, de acompanhamento histórico da realidade educacional do IFRS. Em 2019, foi publicado o primeiro Diagnóstico Discente do IFRS.⁷ Na sequência, a proposta foi de iniciar a elaboração dos planos estratégicos de permanência e êxito de cada *campus*, todavia tal ação não foi plenamente possível nos anos seguintes, principalmente entre 2020-2021, quando a Instituição teve que lidar com as consequências da pandemia ocasionada pela COVID- 19⁸.

Entre 2020-2021, foi organizado, pelo Observatório de Permanência e Êxito, vinculado à Diretoria de Assuntos Estudantis, um Edital para a publicação de um livro digital sobre a temática no IFRS. Em 2021, o livro *Permanência e Êxito no IFRS: reflexões práticas*⁹ foi publicado, com 27 artigos organizados em três grandes eixos: Políticas e Análises Institucionais, Perfil Discente e Experiências e Práticas.

Em 2022, houve uma atualização do Diagnóstico Discente e o processo de elaboração do Plano Estratégico de Permanência e Êxito de cada *campus* foi retomado, com os trabalhos concluídos em 2023, com a perspectiva de socialização e discussão dos resultados a ser realizada em evento presencial. Os resultados do plano institucional, e também dos planos elaborados pelos *campi*, têm servido de referência para a reflexão sobre ações e políticas necessárias, sendo tomados como referência, por exemplo, para a atualização dos Plano de Desenvolvimento Institucional (2024), a Organização Didática (2024) e para a elaboração de ações de apoio estudantil nos *campi* e na atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso.

O objetivo, finalmente, é consolidar o Observatório de Permanência e Êxito do IFRS, mantendo os dados discentes atualizados, e realizar outras produções voltadas para construção e divulgação das ações empreendidas pela Instituição, para que, com base nesses indicadores, possamos repensar nosso plano institucional, e os planos de cada *campus*, de forma sistemática, visando à proposição de ações eficientes para promoção da permanência e êxito dos(as) nossos(as) estudantes.

⁷ Os dados do Diagnóstico Discente do IFRS de 2019 podem ser acessados neste link: <<https://analytics.zoho.com/open-view/226041800000036086>> Acesso em 28 ago. 2024.

⁸ Doença respiratória infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a COVID-19 estava caracterizada como uma pandemia. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

⁹ O livro está disponível em : <https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2024/05/eBook_Permanencia-exito.pdf>. Acesso em 28 ago. 2024.

6.4 Políticas de Ações Afirmativas

O IFRS tem como pressuposto uma educação inclusiva, cujo objetivo é garantir o direito de todos(as) à educação, a partir da promoção da equidade e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos, entre outras. São princípios da ação inclusiva no IFRS:

- o respeito à diferença;
- a igualdade de oportunidades e de condições de acesso, inclusão, permanência e êxito;
- a garantia da educação pública, gratuita e de excelência para todos(as);
- a defesa da interculturalidade;
- a integração com a comunidade escolar e acadêmica.

Desde essa perspectiva, o IFRS instituiu, em 2014, a Política de Ações Afirmativas, orientada para ações de inclusão nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos.

Para colocar em prática o previsto na referida Política, o IFRS tem, vinculadas à Reitoria:

- A Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade: órgão responsável pelo planejamento e coordenação das ações relacionadas à política de inclusão no IFRS;
- A Assessoria de Relações Étnico-Raciais (ARER) - responsável por propor, assessorar, fortalecer e gerenciar as ações e programas voltados à promoção de igualdade, inclusão e diversidade de raça e etnia.

A execução das atividades relacionadas às ações afirmativas nos *campi* se dá por meio da articulação das Assessorias antes mencionadas e os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEs, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e indígenas – NEABIs, os Núcleos de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade – NEPGSs e os Núcleos de Ações Afirmativas (NAAfs).¹⁰

Os Napnes têm, dentre as principais finalidades, acompanhar o trabalho pedagógico desenvolvido com os(as) estudantes com necessidades educacionais específicas e promover/elaborar/executar projetos e programas educacionais para a convivência, consciência da diversidade, buscando a quebra das barreiras:

- Arquitetônicas (contempla a desobstrução de barreiras físicas e ambientais e projeta

¹⁰ Os Núcleos de Ações Afirmativas (NAAfs) foram criados na reitoria e nos *campi* em implantação, com a finalidade de unificar temáticas de inclusão e diversidade dos demais núcleos em um único espaço. Portanto, os NAAfs têm como atribuições, além de outras que venham a ser definidas pela unidade do IFRS, em concordância com os membros do respectivo núcleo, todas aquelas estabelecidas nos regulamentos dos NAPNEs, NEABIs e NEPGSs do IFRS.

suas construções com as devidas adequações de acordo com a NBR nº 9050/04, em respeito à Lei nº 10.098/00 e Decreto nº 5.296/04;

- Atitudinais (com a prevenção e eliminação de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações);
- Comunicacionais (abrange a adequação de códigos e sinais, páginas web da Instituição, dispositivos auxiliares, folders e panfletos, adequados às necessidades do segmento de pessoas com deficiência, em respeito ao Decreto nº 5.296/04);
- Metodológicas (almeja a adequação de técnicas, teorias, abordagens, metodologias promissoras, adaptações no geral e em todas as fases do processo de ensino e aprendizagem);
- Instrumentais (com a adaptação de materiais, aparelhos, equipamentos, laboratórios, utensílios e aquisição e desenvolvimento de produtos de Tecnologia Assistiva);
- Programáticas (aponta e elimina barreiras invisíveis existentes nas políticas, normas, portarias, leis e outros instrumentos afins).

Além disso, também contribui para o fomento do processo de inclusão e de ações afirmativas, revelando o compromisso do IFRS com a formação integral do ser humano, em especial ao relacionamento que estabelece com o mundo do trabalho.

Dentre as principais ações institucionais voltadas para a permanência e êxito de estudantes com necessidades educacionais específicas, destaca-se o Plano Educacional Individualizado (PEI), implementado a partir de instrução normativa da Pró-reitoria de Ensino. Nesse documento são elencadas, a partir de dados relativos à trajetória formativa dos(as) estudantes, suas características, as principais potencialidades e dificuldades. Nesse documento também são abordados aspectos pedagógicos relacionados a alterações para a efetivação da acessibilidade curricular, com enfoque nos objetivos, metodologia, avaliação, dentre outros. O PEI é um documento construído de forma colaborativa envolvendo estudante, familiares, docentes e servidores(as) técnicos-administrativos, especialmente do Napne, Setor Pedagógico, Assistência Estudantil e Registros Acadêmicos.

Outro importante documento institucional é a Política de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa política refere-se ao conjunto de atividades didático-pedagógicas para complementar e/ou suplementar a formação dos(as) estudantes, organizadas por meio do Plano de AEE e desenvolvido por docente de AEE. O objetivo dessa política é eliminar as barreiras para a plena participação dos(as) estudantes no processo de aprendizagem, considerando suas necessidades específicas. O Plano de AEE deve ser construído de forma articulada com o PEI do(a) estudante, de acordo com as normativas institucionais vigentes.

Destaca-se, ainda, o Centro Tecnológico de Acessibilidade (CTA), vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, que tem como objetivo propor, orientar e executar ações para a promoção da acessibilidade nas suas dimensões arquitetônica, instrumental, comunicacional, programática, metodológica e atitudinal. O CTA assessora e orienta a Reitoria e os *campi*

quanto à acessibilidade e à tecnologia assistiva, realiza o serviço de tecnologia assistiva e trabalha na pesquisa e desenvolvimento de soluções de acessibilidade e de tecnologia assistiva de baixo custo. As atividades do CTA visam garantir que os(as) estudantes com deficiência tenham acessibilidade, recursos e ferramentas que lhes permitam ter mais autonomia enquanto estudantes do IFRS.

Outro importante trabalho desenvolvido institucionalmente pelos NEABIs, refere-se às políticas de inclusão de pessoas pretas, pardas e indígenas, que tiveram historicamente seu direito à educação negligenciado. Os NEABIs são responsáveis por fomentar e organizar estudos e ações que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica, incentivando a construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros(as), afrodescendentes e indígenas.

No IFRS essas pautas são alinhadas a partir de Resoluções e Instruções Normativas que discorrem sobre o regulamento dos núcleos; os processos de ingresso de candidatos (estudantes e servidores(as) em concursos) declarados(as) negros(as) (pretos(as) e pardos(as)) por reserva de vagas (cotas); a política de ingresso especial e permanência de indígenas; os fluxos e procedimentos de acompanhamento e a realização do Plano Educacional Individualizado para os(as) indígenas; além dos fluxos e procedimentos para denúncia de assédio e violências, em atendimento à Política Institucional de Combate ao Assédio e Violência no IFRS.

E, por fim, destacamos os Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGSs), presentes em todas as unidades do IFRS, individualmente ou vinculados aos Núcleos de Ações Afirmativas (NAAfs). Esses núcleos atuam promovendo atividades como eventos, publicações, campanhas e capacitações que incentivem o ensino, a pesquisa e a extensão nas áreas de gênero, sexualidade, diversidade e inclusão.

Os NEPGSs contam também com a colaboração da Assessoria de Gênero e Sexualidade vinculada à Pró-reitoria de Ensino, a qual busca realizar um trabalho articulado de planejamento para ações de integração e fortalecimento institucional. Tanto a Assessoria quanto NEPGSs seguem políticas institucionais que visam promover a diversidade, a inclusão e o combate à violência e ao assédio. Entre elas, estão as Resoluções do Consup que regulamentam a Requisição do Nome Social, que aprovam a Política de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no IFRS; a Instrução Normativa que dispõe sobre a implantação do Projeto de Promoção da Dignidade Menstrual no IFRS; e a normativa que trata dos fluxos e procedimentos para denúncia de assédio e violências, em atendimento à Política Institucional de Combate ao Assédio e Violência no IFRS, anteriormente mencionada neste documento.

6.5 Política de Assistência Estudantil

Em consonância com a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)¹¹, a Política de Assistência Estudantil – PAE – do IFRS, instituída desde 2013, é o conjunto de princípios e diretrizes que estabelecem a organização, as competências e o modo de funcionamento dos diferentes órgãos da Assistência Estudantil para a implantação de ações que promovam o acesso, a permanência e o êxito dos(as) estudantes.

A Assistência Estudantil do IFRS compreende, de modo geral, a Diretoria de Assuntos Estudantis da Reitoria e os setores de Assistência nos *campi*. Nessa estrutura, as coordenações dos setores compõem o Grupo de Trabalho Permanente em Assistência Estudantil do IFRS – GTPAE, que é um órgão colegiado propositivo e consultivo que auxilia na implementação, regulação, planejamento, acompanhamento e avaliação da PAE do IFRS, seus programas, projetos e ações.

A Assistência Estudantil possui um amplo escopo de atenção, oferecendo condições para a melhoria do desempenho acadêmico dos(as) estudantes e agindo, preventivamente, nas situações de retenção e evasão, incluindo desde Ações de Caráter Universal¹² até Programas de Benefícios¹³, atingindo, desse modo, diferentes públicos dentro da comunidade escolar. Além disso, com base nas necessidades apontadas pelos Diagnósticos Discentes e pelos Planos Estratégicos de Permanência e Êxito, propõe a implantação de ações que contemplem o acompanhamento acadêmico, compreendendo ações de caráter psicológico, pedagógico e social, numa perspectiva interdisciplinar; e ações de cultura, lazer, esporte, apoio à participação em eventos relacionados à formação de estudantes, que se enquadram na condição de usuários da Assistência Estudantil, materiais para inclusão digital, entre outras.

Dentre as ações desenvolvidas nos últimos anos, cabe destacar a implantação da Política de Saúde Estudantil (PSaE), instituída em 2022, que traz um conjunto de princípios e objetivos que se relacionam aos processos educativos para a implantação de ações que promovam a qualidade de vida e reduzam vulnerabilidades e riscos à saúde dos(as) estudantes relacionadas a seus determinantes e condicionantes; os jogos institucionais, alicerçados na Política de Educação Física, Esporte e Lazer do IFRS, promovido pelas Pró-reitorias de Extensão e Ensino,

¹¹ Lei n.º 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14914-3-julho-2024-795887-publicacaooriginal-172283-pl.html> >. Acesso em: 11 set. 2024.

¹²Entende-se por Ações de Caráter Universal aquelas que, oferecidas pelas equipes multiprofissionais das Coordenações de Assistência Estudantil dos campi, contemplem em seu público a todos os estudantes regularmente matriculados no IFRS, sem quaisquer distinções. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2022/07/Politica-Saude-Estudantil.pdf>> . Acesso em: 30 ago. 2024.

¹³ Entende-se por Programas de Benefícios, ações que envolvam iniciativas voltadas à equidade de oportunidades e à melhoria das condições socioeconômicas, tendo estas como seu público específico, os estudantes que preenchem os critérios de vulnerabilidade. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2022/07/Politica-Saude-Estudantil.pdf>> . Acesso em: 30 ago. 2024.

anualmente; os editais de auxílio para inclusão digital, os editais de apoio à participação em eventos acadêmicos, a Política de Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional e Educação Ambiental, que prevê implantar ações que promovam a agroecologia, a segurança alimentar e nutricional sustentável e a educação ambiental, fortalecendo a aquisição de alimentos orgânicos na merenda escolar, a realização de pesquisas e o desenvolvimento tecnológico em agroecologia, o fomento de reflexões sobre as relações de produção e consumo de alimentos, entre outras.

A perspectiva e o trabalho tem sido na direção do fortalecimento das equipes de assistência (com reuniões periódicas), com a investigação das condições dos(as) estudantes (aplicação do questionário discente) e acompanhamento do seu desempenho (apoio acadêmico) e avaliação das ações, com a finalidade de elaborar estratégias capazes de promover, cada vez mais, a permanência e êxito de nossos(as) estudantes.

6.5.1 Organização Estudantil

O IFRS compreende como necessária a constituição de espaços coletivos que possibilitem a organização autogestionária dos(as) estudantes. É, pois, imperativa a previsão de espaços para convivência estudantil e a organização de grêmios e diretórios acadêmicos para o desenvolvimento de iniciativas acadêmicas, científicas, de formação política e de arte, cultura, esporte e lazer, entre outros. A criação da Diretoria de Assuntos Estudantis, no ano de 2018, é um exemplo concreto desse objetivo, pois, entre outras atividades, busca estimular e garantir a participação dos(as) estudantes em diferentes espaços. Atualmente, alguns *campi* da Instituição têm diretório acadêmico e/ou grêmio estudantil, que estabelecem relações e participam de organizações regionais e nacionais do movimento estudantil, iniciativa que é estimulada em toda a instituição.

7 PERSPECTIVAS

Por entender que o Projeto Pedagógico Institucional impacta, assim como é impactado, pela dinâmica social, o documento que estamos apresentando não pretende encerrar com um ponto final. Estamos certos de que existem questões fundantes, na concepção dos IFs, e que encontram terreno fértil no IFRS. Por isso, reafirmamos o nosso fazer pedagógico dentro do princípio do direito à educação. Assim, a educação profissional e tecnológica deve ser compreendida na lógica da cidadania, e quem deve garantir a sua oferta é o Estado Brasileiro.

Consideramos que o direito à educação profissional se aproxima da plenitude quando essa é pensada e executada diante dos princípios da formação humana integral, com base no trabalho como princípio educativo. Tais concepções devem ser os elementos que dão unidade a toda a nossa diversificada oferta de cursos e modalidades. Ainda, possibilitam o suporte a nossa

organização baseada na verticalidade. Perceber os seres humanos na integralidade também nos orienta perante a nossa importante relação com os nossos territórios e se coloca como elemento basilar as nossas práticas voltadas para a inclusão, a diversidade e a educação antirracista.

Reconhecemos a necessidade de que nosso PPI esteja em sintonia com as diferentes transformações e os desafios que se colocam de forma urgente no nosso meio social. Neste sentido, entendemos que ele deve ser executado reafirmando os seus fundamentos e atento às questões urgentes que afetam o planeta. Nossa proposta pedagógica deve considerar as constantes transformações nas relações de trabalho, as questões ligadas à crise climática, a necessidade de uma nova organização ambiental, as pautas que são elencadas por aqueles(as) que são atingidos(as) pelas violências produzidas pela desigualdade social. O PPI do IFRS é, acima de tudo, uma forma de intervir na realidade e de reafirmar o compromisso institucional com a luta por uma sociedade plural, inclusiva e ética.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2004. Rio de Janeiro, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. Tempos Líquidos. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BRASIL. Lei n.º 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14914-3-julho-2024-795887-publicacaooriginal-172283-pl.html>>. Acesso em: 11 set. 2024

BRASIL. Casa Civil. Constituição Federal Brasileira. 1988. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06 set. 2024.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 06 set. 2024.

_____. Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade

reduzida, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm?origin=instituicao>. Acesso em: 16 set. 2024.

_____. Decreto 5296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 16 set. 2024.

_____. Lei n.º 11892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 6 set. 2024.

_____. [Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008](#). Dispõe sobre o estágio de estudantes.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 6 set. 2024.

_____/CNE. Diretrizes Gerais sobre a Aprendizagem Híbrida. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2021-pdf/227271-texto-referencia-educacao-hibrida/file#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20As%20atividades%20educacionais,%C3%A0s%20respectivas%20Diretrizes%20Curriculares%20Nacionais>>. Acesso em: 6 set. 2024.

_____. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES (MCTI). Portaria nº 6.998, de 10 de maio de 2023. Estabelece as diretrizes para a elaboração da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o período de 2023 a 2030, e que deverão orientar a atuação institucional dos órgãos e unidades que integram a estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Disponível em:

<https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTI_n_6998_de_10052023.html#:~:text=Estabelece%20as%20diretrizes%20para%20a,da%20Ci%C3%Aancia%2C%20Tecnologia%20e%20Inova%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 13 set. 2024.

_____. Lei nº 14.914 de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm>. Acesso em: 13 set. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. Currículo e Avaliação. In: BEAUCHAMP, Janete. PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Orgs.). Indagações sobre currículo: Currículo e avaliação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

FERNANDES, Claudia de Oliveira. Currículo e Avaliação. In: Indagações sobre o currículo do Ensino Fundamental 2006, p. 38. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2024.

FRANÇA Maria Cristina Caminha de Castilho. ESCOTT, Clarice Monteiro; SCHORER, Rodrigo Ernesto. Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFRS: história, concepção e proposições. In: LORENZETE, Deloíze et al (Orgs.). Permanência e Êxito no IFRS: reflexões práticas. [recurso eletrônico]. 1.ed. São Paulo, SP: Pimenta Cultural, 2021. p.25-46.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

GADOTTI, Moacir. Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito. São Paulo: Cortez, 1984.

LORENZETE, Deloíze et al. (Orgs.). Permanência e Êxito no IFRS : reflexões e práticas [recurso eletrônico]. 1.ed. São Paulo, SP: Pimenta Cultural, 2021. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2024/05/eBook_Permanencia-exito.pdf>. Acesso em: 6 set. 2024.

LUCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, Ligia Márcia. Ensino-Pesquisa-Extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade. São Paulo: Unesp. Disponível em: <https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=ja&user=uH8JHuYAAAAJ&citation_for_view=uH8JHuYAAAAJ:Y0pCki6q_DkC>. Acesso em: 6 set. 2024.

MARX, Karl. O Capital: a crítica da economia política. Livro I. v.1. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ORGANISTA, José Henrique de Carvalho. O debate sobre a centralidade do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PACHECO, Eliezer. Novas perspectivas para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Sd. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_novasperspectivas_eliezerb.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.

PACHECO, Eliezer. Um novo Modelo de Educação Profissional e Tecnológica - Concepções e Diretrizes. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcoesdiretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 6 set. 2024.

PAIVA, Vanilda P. O novo paradigma de desenvolvimento: educação, cidadania e trabalho. Educação e sociedade. Campinas, n. 45, ago. 1993.

PERNALETE, Mariela Torres; ORTEGA, Miriam Trápaga. Responsabilidad social de la universidad: retos y perspectivas. Buenos Aires: Paidós, 2010.

SACRISTÁN, Gimeno J. Aproximação ao conceito de currículo. In: _____. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

IFRS. Política de Assistência Estudantil do IFRS. Resolução Consup nº 086, de 03 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao_86_13.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Política de Ações Afirmativas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Resolução Consup nº 022/2014. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/resolucao-22-14.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Resolução Consup nº 058, de 15 de agosto de 2017. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Resolucao_058_17_Completa.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Estatuto do IFRS. Resolução do Conselho Superior/IFRS, nº 27, de 20 de junho de 2017. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/Anexo_Res_027_2017_Estatuto.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024

IFRS. Política Institucional para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Resolução Consup nº 25 de 17 de abril de 2018. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/04/Resolucao_025_18_Politica_Completa.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Regimento Geral do IFRS. Resolução nº 066, de 11 de dezembro de 2018. Disponível em : <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/01/Regimento_Geral_dezembro_2018.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

IFRS. Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Resolução Consup nº 055, de 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/06/Resolucao_055_19_Aprova_Politica_Ensino_Medio_Integrado_Completa.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Política de Educação Física, Esporte e Lazer do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Resolução Consup nº 095, de 22 de outubro de 2019. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/11/Resolucao_095_19_Politica_Educacao_Fisica_Completa.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Política Institucional de Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e Educação Ambiental. Resolução Consup nº 101, de 22 de outubro de 2019. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/11/Resolucao_101_19_Politica_Alimentacao_Completa.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Regimento para Oferta Institucional de Cursos Regulares a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Resolução Consup nº 125/2019 Disponível em:

<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/Resolucao_125_19_Aprova_Regimento_EaD_Completo.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Política de Ingresso Especial e Permanência do Estudante Indígena do IFRS. Resolução Consup nº 023/2019. Disponível em:

<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/04/Resolucao_023_19_Aprova_Politica_Ingresso_Indigena_IFRS_completa.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Política de Arte e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Resolução Consup nº 033, de 06 de agosto de 2020. Disponível em:

<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/Resolucao_033_2020_Aprova_Politica-de-Arte-e-Cultura-do-IFRS.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Instrução Normativa Proen Nº 07, de 04 de setembro de 2020. Regulamenta os fluxos e procedimentos de identificação, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes com necessidades educacionais específicas do IFRS.

Disponível em:

<<https://ifrs.edu.br/documentos/instrucao-normativa-proen-no-07-de-04-de-setembro-de-2020-regulamenta-os-fluxos-e-procedimentos-de-identificacao-acompanhamento-e-realizacao-do-plano-educacional-individualizado-pei-dos-estudante>>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Política de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Resolução Consup nº 42/2020.

Disponível em:

<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/11/Resolucao_042_2020_Aprova_Politica-Institucional-Combate-ao-Assedio-e-a-Violencia_IFRS.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Política de Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Resolução Consup nº 013, de 28 de abril de 2020. Disponível em:

<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/05/Resolucao_013_2020_Aprova_Politica-de-Inovacao-do-IFRS_Completa.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Instrução normativa IFRS nº 01, de 22 de fevereiro de 2021. Regulamenta o processo de ingresso de candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) por reserva de vagas raciais, nos Processos de Ingresso Discente e Concursos para Servidores do IFRS. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2021/02/IN_01-2021_Regulamenta_ingresso_candidatos_autodeclarados_negros_PS_concursos.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Política das Equipes Pedagógicas do IFRS. Resolução Consup nº 014, de 22 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2022/03/Resolucao_014_2022_Aprova_Politica_Equip es_Pedagogicas_do_IFRS_ANEXO.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Política de Saúde Estudantil do IFRS. Resolução Consup nº 076/2022. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2022/12/Resolucao_076_22_ANEXO_Politica_de_Sau de_Estudantil_do_IFRS.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Política de Ingresso Discente do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Resolução Consup nº 042, de 28 de junho de 2022. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2022/07/RESOLUCAO_CONSUP_42_2022_ANEXO.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Organização Didática do IFRS. Resolução Consup nº 1 de 23 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2024/01/ANEXO_RES_1-2024_OD_VERSAO_FINAL_JA N.2024.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Instrução Normativa Conjunta Proex/Proen nº 2 de 2024. Estabelece os fluxos e procedimentos de submissão, aprovação, validação e registro de ações de extensão nos componentes curriculares dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2024/07/Instrucao-Normativa-Conjunta-PROEX-PROE N-IFRS-02-2024.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Política de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do IFRS. Resolução Consup nº 13/2024. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/documentos/resolucao-no-13-de-12-de-marco-de-2024-aprova-a-politica-d e-atendimento-educacional-especializado-ae-e-do-ifrs/>>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Política de Ações Afirmativas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Resolução Consup nº 022/2014. Disponível em:
<<https://ifrs.edu.br/documentos/resolucao-no-022-de-25-de-fevereiro-de-2014-aprova-politica-de-aco-es-afirmativas-do-ifrs/>>. Acesso em: 13 set. 2024.

IFRS. Instrução Normativa nº 001 , de 13 de maio de 2022. Dispõe sobre a implantação do Projeto de Promoção da Dignidade Menstrual no IFRS. Disponível em:
<<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2022/05/Instrucao-Normativa-IFRS-n%C2%B0-001-Dignidade-Menstrual-2.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2024.



Emitido em 10/12/2024

ANEXO DE RESOLUÇÃO Nº 71/2024 - CONSUP-REI (11.01.01.01.05)
(Nº do Documento: 40)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 13/12/2024 15:56)

JULIO XANDRO HECK

REITOR

IFRS / REI (11.01.01)

Matrícula: ###427#7

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifrs.edu.br/documentos/> informando seu número:
40, ano: 2024, tipo: ANEXO DE RESOLUÇÃO, data de emissão: 13/12/2024 e o código de verificação:
1452efceb8